



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ELIZETE CRISTINA DAS GRAÇAS OLIVEIRA CARVALHO

**AS INFLUÊNCIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS**

BRASÍLIA
2014

ELIZETE CRISTINA DAS GRAÇAS OLIVEIRA CARVALHO

**AS INFLUÊNCIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Doutora Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Professora Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

**BRASÍLIA
2014**

ELIZETE CRISTINA DAS GRAÇAS OLIVEIRA CARVALHO

**AS INFLUÊNCIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Doutora Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Comissão Examinadora

Profª Dra Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
Orientadora

Profª Dra. Catarina de Almeida Santos
Examinadora

Prof. MS. Rodrigo da Silva Pereira
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por iluminar meu caminho me fortalecendo em todos esses anos de graduação.

Agradeço especialmente ao meu amado esposo Sanslei, que sempre foi o meu maior incentivador, meu amigo e companheiro em todos os momentos. Sempre estive ao meu lado, me ajudando e me dando suporte para tornar possível esta conquista.

Agradeço às minhas amadas filhas, Camila e Carla, que são minha maior motivação e meu acalanto. Seu sorriso e carinho são como um conforto para o meu coração todos os dias.

Aos meus pais, quem amo tanto, todo meu agradecimento Meu pai tão sábio em sua simplicidade. Minha mãe, que foi a primeira pessoa que acreditou em mim, me incentivando a ter uma formação superior.

À Danielle, minha dedicada orientadora. Exemplo de profissional e mãe, meiga, compressiva, atenciosa e forte. Sempre me orientou com paciência e disponibilidade nesse trabalho tão complexo. Sem sua ajuda eu não teria conseguido desenvolver este estudo. Obrigada!

À professora Catarina Santos, que me incentivou e orientou em toda a minha trajetória na UnB, acreditando na minha capacidade, para realização deste sonho. Agradeço por sua capacidade de fazer com que tudo pareça fácil, com seu jeito alegre e espontâneo.

À professora Valéria Amed, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por seu apoio incondicional durante a minha transferência para UnB.

A todas as escolas que abriram suas portas, permitindo que eu fizesse parte da rotina aprendesse. Aos professores e funcionários que me acolheram e me ensinaram.

A todos, muito obrigada.

“Ninguém conhece as suas próprias capacidades
enquanto não as colocar à prova”.
Públio Siro

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as influências do programa Bolsa Família (PBF) na trajetória escolar dos alunos beneficiários. O Bolsa Família se constitui como uma política social de transferência direta de renda, que vem se expandindo no Brasil. Tem como finalidade combater a fome e a miséria em curto prazo e, em longo prazo, promover a autonomia das famílias mais pobres do país, por meio da inclusão social, da melhoria da qualidade de vida e da redução das desigualdades de oportunidades. Para o recebimento do benefício são assumidos compromissos, tanto pelas famílias beneficiárias do programa, quanto pelo poder público. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício e por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Por meio do cumprimento da condicionalidade da área de educação, que exige a frequência escolar, se torna importante averiguar como está se estabelecendo a relação entre o programa e a trajetória escolar dos alunos beneficiários. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi selecionada uma escola pública do Distrito Federal que atende a um número significativo de alunos beneficiários. Foram analisados dados sobre a frequência, evasão e o rendimento de beneficiários, bem como investigadas as contribuições do Programa no que diz respeito aos índices escolares e as influências do mesmo na trajetória escolar dos alunos beneficiários. Foi possível estabelecer a relação maior acesso, maior frequência e melhor rendimento dos beneficiários até o ano de 2014, concluindo que o Programa Bolsa Família contribui positivamente para a trajetória escolar dos alunos beneficiários.

Palavras-chave: Política social; programa Bolsa Família; Educação; Contribuições.

ABSTRACT

This study aims to analyze the influences of the Bolsa Família program (BFP) in school history students of the beneficiaries. Bolsa Familia is constituted as a social policy of direct income transfer, which has been expanding in Brazil. Aims to fight hunger and poverty in the short term and in the long run, promote the autonomy of the poorest families in the country, through social inclusion, improving the quality of life and reduction of opportunities inequalities. To receive the benefit commitments are undertaken, both by the beneficiary families in the Program, as by the government. On the one hand, families must assume and fulfill these commitments to continue receiving the benefit and on the other, conditionalities blame the government for the supply of public health services, education and social assistance. Through compliance with the conditionality of the area of education, which requires school attendance, becomes important to ascertain as is establishing the relationship between the program and the school trajectory of beneficiaries students. For the development of this research we selected a public school in the Federal District, which serves a significant number of beneficiaries students. Measurements on the frequency, avoidance and income recipients as well as the contributions of the Program investigated with regard to school indices and the influences of the same in the school life of the beneficiary students. It was possible to establish the highest ratio access, more often and better income of beneficiaries by the year 2014, concluding that the Family Grant Program contributes positively to the school life of the beneficiary students.

Keywords: Social Policy; Family Grant program; education; Contributions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família.....	29
Gráfico 2 - População infantil ocupada.....	34
Gráfico 3 -Percentual de domicílios particulares permanentes e improvisados em situação de habitação Não Precária e Precária, dentre os 20% mais pobres.....	38
Gráfico 4 -Taxa de frequência escolar líquida ao ensino fundamental da população de 6 a 14 anos de idade dentre os 20% mais pobres e mais ricos (%).....	51
Gráfico 5 - Taxa de frequência escolar líquida ao ensino médio da população de 15 a 17 anos de idade dentre os 20% mais pobres e mais ricos (%).....	52
Gráfico 6 – Evolução de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Benefícios por variáveis.....	31
Tabela 2 - Demonstrativo de total de alunos.....	43
Tabela 3 - Frequência escolar dos alunos beneficiários.....	44
Tabela 4 - Taxa de rendimento do ensino fundamental.....	46
Tabela 5 - Número de retidos e prováveis retidos.....	47
Tabela 6 - Números de Evadidos.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - representativo da totalidade de alunos acompanhados.....	33
Quadro 2 - Totalidade de descumprimentos do Bolsa Família.....	33
Quadro 3 - Acompanhamentos da frequência exigida.....	36
Quadro 4 - Resultados do Ideb.....	46

LISTA DE SIGLAS

PBF - Programa Bolsa Família

TCC - Este é um Trabalho de Conclusão de Curso

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UnB - Universidade de Brasília

PBF - Programa Bolsa Família

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS - Organização Mundial de Saúde

BMS – Plano Brasil Sem Miséria

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Fundef.- O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Fundeb - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

MEC - Ministério da Educação

Prouni - Programa Universidade para Todos

UAB - Universidade Aberta do Brasil

PAR - Plano de Ações Articuladas

Ideb - O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Sisutec - Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

Sisu - Sistema de Seleção Unificada

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Sibec - Sistema de Gestão de Benefícios

BVCE – O Benefício Variável de Caráter Extraordinário

BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente

PTCR - Programas de Transferência Condicionada de Renda

CadÚnico - Cadastro Único

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SUMARIO

MEMORIAL.....	13
 MONOGRAFIA	
INTRODUÇÃO.....	16
 CAPÍTULO 1- POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS COMPENSATÓRIA E EDUCAÇÃO.....	
	20
1.1 O contexto das políticas públicas.....	20
1.2 Políticas sociais compensatórias.....	22
 CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, SUAS CONDICIONALIDADES E EDUCAÇÃO.....	
	26
2.1 Sobre o programa.....	26
 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	
	40
3.1 - Objetivos da pesquisa.....	40
3.2 - Abordagem e tipo de pesquisa.....	40
3.3 - Contexto e participantes.....	41
3.4 - Coleta de dados.....	42
 CAPÍTULO 4 – ESCOLA E OS REFLEXOS DO BOLSA FAMÍLIA.....	
	43
4.1 Caracterizando a realidade pesquisada.....	43
4.2 - Discutindo a realidade encontrada.....	49
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
	58
 REFERÊNCIAS.....	
	61
 APÊNDICE.....	
	63
 PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	
	65

MEMORIAL

Este memorial educativo tem o propósito de descrever minha trajetória escolar, meus anseios de criança para uma profissão e as mudanças que tive ao longo desse percurso.

Sou a caçula de três irmãos. Meus pais são lavradores e saíram do campo, área rural de São João Del Rei - MG, à procura de melhores oportunidades. Mudamos para a cidade quando tinha 4 anos e até aos meus 20 anos, vivi em São João Del Rei- MG.

Minha trajetória escolar transcorreu somente em uma escola, a escola Estadual Amélia Passos. Nessa escola, estudei da 1ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A escola Estadual Amélia Passos é, para mim, a única referência durante a educação básica e me orgulho muito de fazer parte da história dessa instituição.

Alguns anos após ter terminado o ensino médio, a coordenação realizou um levantamento para identificar o fluxo dos alunos. Eu fui a única estudante que havia iniciado e concluído os estudos sem interrupção naquela escola. Na minha cidade, naquela época, era muito comum, mesmo no início da escolarização, as crianças mudarem de escola e acabar perdendo o ano letivo. Até mesmo meus irmãos não concluíram o ensino médio. Bom, talvez porque não tivessem informações suficientes ou acreditassem que não poderiam sonhar com outra realidade que não fosse a de nossos pais.

Sempre gostei de estudar, mas várias coisas aconteceram fazendo com que o ensino superior ficasse em outros planos, mas nunca desfocado. Casei-me e mudamos para Goiânia-GO. Com um ano de casada nasceu minha primeira filha, então fiquei totalmente voltada para a maternidade.

Passaram-se oito anos desde que eu havia me formado no ensino médio quando pensei em retomar os estudos. Nessa época, já não morava em Goiânia-GO, e sim em Jataí-Go, cidade no sudoeste do estado de Goiás. Após cinco anos, mudamos de Goiânia para Jataí, cidade no sudoeste goiano.

Fiz o processo seletivo para Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus de Jataí, no ano de 2007. Consegui ingressar na primeira tentativa, no desejado curso de Pedagogia. A pedagogia sempre me despertou afeição e interesse. Infelizmente, fiquei apenas um ano estudando na UFG. Nesse período nasceu minha segunda filhinha e, mais uma vez, me entreguei à maternidade. Como iríamos mudar novamente, tranquei o curso por dois anos. Imagine bebezinho, família, mudança, cidade nova, não tinha como dar conta! Mudamos para Manaus-AM, e depois de um tempo, retomei a faculdade.

Transferi-me para a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), retomando o curso por mais três anos. Em Manaus, foi uma experiência incrível, outro povo, outros costumes. Foi justamente por meio das experiências acadêmicas na UFAM, que comecei a me interessar pelo assunto que, mais tarde, se tornaria meu tema de pesquisa. Lá, fiz bons amigos na faculdade; a grade curricular era fechada e facilitava as amizades. Na minha casa, era uma mistura de sotaques: mineiro, goiano, manauara e até algumas palavras que não se enquadravam em nenhum desses!

Após quatro semestres, por motivo de transferência do meu esposo e mudança de domicílio, solicitei o ingresso na Universidade de Brasília (UnB), onde fui recebida e reiniciei os estudos no primeiro semestre de 2012. Com todas estas mudanças a UnB é a terceira instituição de ensino superior que frequento. Que ironia! Eu que sempre pensei em entrar em uma faculdade, hoje conheço três! Sou de certa forma, agraciada por tantas experiências enriquecedoras.

Na UnB, foi tudo diferente; a grade curricular é aberta, e por isso temos muitas opções. Quem chega, fica um pouco perdido; Brasília, com suas características tão peculiares. Foi difícil organizar toda a parte burocrática da transferência. Estava quase desistindo do curso, porque aqui na UnB não queriam aceitar as ementas que eu tinha trago da UFAM. Neste momento, apareceu um anjo, chamada Valéria. A professora Valéria, com quem já tinha aprendido tanto, me ensinou mais uma coisa, ajudar incondicionalmente um amigo. Ela ajeitou toda a “papelada” de que precisava, a ela devo toda gratidão do mundo.

Aqui, tive que avançar nos projetos e recuperar o atraso, pois havia perdido muitos créditos. Com tanta mobilidade, tive a oportunidade de conhecer e estudar várias disciplinas, com linhas de pensamentos tão diferentes e enriquecedores. Como os projetos estruturam nosso currículo na UnB, desde cedo comecei a pensar em um tema para pesquisar. E como acontece com todos, no início fiquei um pouco desorientada. Uma das primeiras disciplinas que fiz quando cheguei à UnB foi a de políticas públicas, ofertada pela professora Catarina Santos. Identifiquei-me muito com a maneira com que ela conduzia as aulas e do quanto dominava o conteúdo. Isso fez com que eu optasse pelo projeto oferecido por ela.

Assim que iniciei o Projeto 3 fase 1, percebi que havia feito a escolha correta, estava tudo fluindo bem. No projeto, conheci a professora Danielle, era ainda melhor ter duas professoras. Eu assistia os colegas mudando de projeto a cada semestre e ficava ainda mais firme na minha escolha pela área de políticas públicas. E se passou mais um tempo.

O estágio obrigatório me proporcionou muitas reflexões. Refleti muito acerca do trabalho de escrita da monografia; de como poderia me dedicar mais a esse trabalho, que é tão

importante pra mim como forma de realização pessoal. E, durante alguns dias reescrevendo o meu memorial, fiz uma retrospectiva da minha vida. Pensei em como as coisas foram difíceis para os meus pais, por eles não terem tido oportunidade de estudar. Pensei em como eu estava me esforçando para poder concluir esse curso e superar as dificuldades e, enfim, no quanto daria orgulho aos meus pais e exemplo para minhas filhas.

Resolvi escrever sobre programas assistenciais, especificamente o Programa Bolsa Família (PBF), por causa de experiências vividas na infância e obtidas na Universidade Federal do Amazonas. Sempre me provocou as questões referentes ao vínculo de um benefício com a educação e queria compreender mais sobre o tema. Como uma das condicionalidades se consiste na matrícula e na frequência escolar dos alunos, torna-se importante entender sobre as influências desta relação, pois elas fazem parte da vida escolar destas crianças, e como professora, atuei diretamente neste contexto.

O projeto que escolhi tem sido perfeito, a professora Danielle é muito dedicada. Eu sinto que com o apoio dela consigo o melhor de mim. A minha trajetória acadêmica está sendo riquíssima e proveitosa, tenho muito privilégio de ter vivenciado tantas oportunidades. Já no final do curso, vejo como tudo que me aconteceu tinha um propósito, era pra ter sido mesmo assim, estou feliz demais, sem palavras!

Como pedagoga, espero contribuir para a formação dos meus alunos e, além disso, exercer esta profissão com o maior comprometimento possível. Foi para isso que me preparei, e estou só começando.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a temática do programa de transferência de renda-Bolsa Família, como uma medida de acesso e permanência dos alunos beneficiários na escola, analisando, principalmente, os reflexos da condicionalidade da frequência escolar na trajetória desses alunos.

Atualmente, a pobreza se constitui em um dos maiores problemas a ser enfrentado em nossa sociedade. Neste sentido, o Brasil vem expandindo de forma considerável as políticas públicas e sociais que, de maneira geral, têm por objetivo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades de oportunidades.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a pobreza inclui falta de autonomia econômica, a questão de insegurança alimentar, a precariedade habitacional, a baixa escolaridade, pouco acesso à saúde, ausência de reconhecimento social, de gênero, étnica, dentre outras. Brasil (2014).

Para definir os índices de extrema pobreza, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) considera os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que baseiam-se em uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa.

Paiva (2012), por sua vez, entende a pobreza, para além do seu estado quantitativo, mas como um reflexo à reação social. “[...] a pobreza é relativa e construída socialmente, ao se discutir o fenômeno da pobreza é importante situá-la para além da dimensão material. É preciso não restringir a pobreza á uma única e universal definição” (p.139).

A pobreza e a desigualdade são entendidas como privações de capacidades e não simplesmente como baixa renda. É vista por um prisma multidimensional que engloba diversos aspectos extra-monetários e associam fenômenos demográficos, médicos, educacionais e sociais (Queiroz, Farias, 2011). Nesta visão, a interpretação se faz pela qualidade de vida e não só pela renda e pela riqueza.

Entende-se, portanto que há variações nas formas em que se trata a questão da pobreza. Nesse sentido, “estão permeadas por um conjunto de complexos de elementos morais, políticos, histórico, e culturais” (Paiva, 2012). É importante considerar que os sentidos em que a pobreza pode ser interpretada não se excluem, podendo até mesmo se complementar.

De acordo com o Ipea, o Brasil vem avançando na área de combate à fome e à pobreza no país. Segundo um relatório divulgado por esse instituto (Ipea, 2014), o número de pessoas que abandonaram a pobreza no Brasil em 2012 ultrapassou os 3,5 milhões. Porém, complementando esta informação, nova pesquisa do Ipea, aponta que após dez anos em queda, o número de indivíduos em situação de miséria no Brasil em 2013, volta a subir.

O carro chefe atual das políticas públicas de combate à fome no Brasil é o programa Bolsa Família (PBF). Consiste em um programa federal de transferência de renda instituído pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004 e que tem como desafio imediato o de combater a fome e a miséria em curto prazo e, em longo prazo, promover a autonomia das famílias mais pobres do país.

O Bolsa Família se originou da unificação dos procedimentos de gestão e execução de outros programas, desenvolvidos por quatro ministérios distintos:

1 – Programa Bolsa Escola, destinado a crianças em idade escolar (6 a 15 anos), e operacionalizado pelo Ministério da Educação.

2 – Bolsa Alimentação, administrado pelo Ministério da Saúde que atendiam famílias que tinham em sua composição crianças com até 06 anos de idade no limite de três por família;

3 – Auxílio Gás, sob o comando do Ministério de Minas e Energia;

4 – Cartão Alimentação, administrado pelo extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate a Fome.

O programa Bolsa Família é considerado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o maior programa de transferência de renda em vigência. Completado uma década e atendendo a cerca de 13,9 milhões de famílias em todo o país, colabora com o desenvolvimento de seus beneficiários, por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. Brasil (2014). Ainda, de acordo com informações apresentadas pelo Ipea (2013):

[...] os objetivos iniciais do Bolsa Família foram alcançados e mesmo ultrapassados. Ao longo dos anos, devido ao seu desenho adequado e à sua contínua expansão e aprimoramento, o PBF reduziu a pobreza e a desigualdade, promoveu a inclusão nas políticas públicas de educação e saúde, reduziu a insegurança alimentar, e fortaleceu a trajetória escolar e a saúde de crianças e adolescentes, aumentando o compromisso destas políticas com as parcelas mais pobres da população brasileira. (, p.20).

Portanto, segundo as explicações acima, o Bolsa Família tem se afirmado como uma ação positiva do governo, de abrangência significativa e resultados importantes.

Para o recebimento do benefício são assumidos compromissos tanto pelas famílias beneficiárias do programa, quanto pelo poder público. Por um lado, as famílias devem

assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício e, por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

A condicionalidade na área de educação exige que todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos, devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Esta perspectiva de articulação entre programas se transferência de renda e processo educativo, “trabalha com políticas de renda mínima em uma visão que incorpora a compreensão da educação como estratégia no desvelar as condições que geram as desigualdades” (Paiva, 2012, p.143).

Devido à condicionalidade da frequência escolar, se torna importante uma reflexão, sobre como está se estabelecendo e se consolidando os reflexos entre os alunos beneficiários do programa e as escolas. A partir dessa questão, tem-se como objetivo geral desse estudo analisar as influências do programa Bolsa Família na trajetória escolar dos alunos beneficiários.

Este estudo justifica-se pela relevância da temática que aborda, tendo o intuito de compreender estas “novas relações”, que estão se constituindo entre os alunos e as escolas, a partir da condicionalidade do programa Bolsa Família.

É importante investigar, em favor do desenvolvimento escolar do aluno, como está se afirmando o vínculo entre a permanência nas escolas e o recebimento do benefício. Nesta perspectiva, serão discutidas as influências diretas ou indiretas, positivas ou negativas existentes nesta relação.

Portanto, torna-se relevante os estudos atenciosos sobre essa temática, para que se conheça a realidade escolar dos alunos atendidos pelo programa Bolsa Família e posteriormente para a realização e efetivação de novas estratégias e ações, entre escolas, sociedade e governo, por meio de políticas públicas.

Este trabalho foi realizado durante o segundo semestre de 2013 e de 2014, em uma escola da rede pública de ensino, do Distrito Federal. Amparando-se nos relatos e em dados referentes aos alunos atendidos pelo programa, foram identificadas as influências do mesmo, para os índices de frequência, número de matrículas, evasão, permanência, rendimento e outras possíveis relações.

O referido estudo está estruturado em quatro capítulos. Os primeiros capítulos trazem um o estudo sobre os conceitos e a efetivação das políticas públicas e sociais no Brasil, bem como a definição e caracterização do programa Bolsa Família.

O terceiro capítulo explicita a metodologia desenvolvida na pesquisa. O quarto capítulo traz a análise dos dados e por fim, as considerações finais encerram o estudo.

CAPITULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS E EDUCAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo conceituar as políticas públicas e políticas sociais, bem como versar sobre políticas compensatórias no Brasil, a fim de se compreender de que maneira o Programa Bolsa Família se constituiu.

1.1 Políticas públicas e políticas sociais

Aith (2006) define que “políticas públicas é a atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento de ações voltadas à consolidação do Estado Democrático de Direito e à proteção dos direitos humanos” (p. 232).

Para este autor, a política pública pressupõe o Estado como ativo principal, da elaboração, do planejamento, da execução e do financiamento. Nesse sentido, define o Estado como sendo a organização dada pela sociedade política nacional para que os direitos sejam promovidos e protegidos. O autor afirma:

A finalidade do Estado é a garantia dos direitos de cada um dos seres humanos que o integram, e toda e qualquer ação desenvolvida pelo Estado deverá ser feita no sentido da proteção desses direitos. E que direitos são esses? Basicamente, todos aqueles direitos que forem reconhecidos num dado ordenamento jurídico legal, já que o Estado de Direito baseia-se na legalidade como pressuposto de ação. Quanto mais evoluído for o ordenamento jurídico de um dado Estado, maior será a proteção dada aos direitos humanos. (Aith 2006, p. 218).

Na concepção de Boneti (2007),

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. (p. 74).

Nesse sentido, as políticas públicas, são ações que surgem do contexto social e que tem no Estado seu agente regulador e mediador, resultante da correlação de forças sociais originadas de interesses específicos de diferentes grupos ou classes sociais. Logo, as políticas públicas são uma estratégia de solucionar problemas sociais como um embate em torno de ideias e interesses ou como parte no processo de “jogo de poder” (Aith, 2005). Para Höfling (2001), as políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação” o estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Dessa forma, as políticas públicas são princípios norteadores de ação de poder público, e também podem ser entendidas como regras sistematizadas e formuladas em documentos que orientam as ações que envolvem os recursos públicos. Estas ações constituem nesse caso, uma relação entre a sociedade e o Estado.

A partir do momento em que uma situação é vista como problema social é necessário definir as estratégias de ação que serão adotadas para solucioná-la. Nesse momento, ocorre a formulação e posteriormente a implementação de Políticas. Uma visão mais social considera os benefícios proporcionados pelas políticas públicas como uma proteção aos mais fracos, uma compensação aos desajustes econômicos e sociais (Queiroz e Farias, 2011)

Partindo da premissa que é dever do poder público planejar e programar ações que promovam o desenvolvimento socioeconômico, as políticas públicas estão voltadas para a garantia dos direitos sociais. As políticas sociais são implementadas nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc.

Segundo Höffling (2001), as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, em decorrência das primeiras revoluções industriais, e afirma:

As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001 p.31).

Nessa direção, de acordo com Queiroz e Farias (2011),

A política social, como estratégia de redução da exclusão social, causada pela pobreza e as privações inerentes a esta condição, deve conceder instrumentos que possibilitem a inserção do indivíduo na sociedade de maneira efetiva e permanente. Um dos principais desafios das políticas públicas é ter a capacidade de emancipar o indivíduo, conferindo-lhe autonomia para a vida em sociedade e dando-lhe oportunidades para uma inserção digna (p.22).

Nesse contexto, a educação se coloca no campo das políticas públicas sociais e de responsabilidade do Estado. Como política social, pode se apresentar como estratégia de redução de exclusão social, promovendo melhor inserção do indivíduo na sociedade.

1.2 Políticas sociais compensatórias

As políticas compensatórias ou programas compensatórios integram as bases das políticas sociais. Tem sua origem nas práticas assistencialistas, promovidas inicialmente pela igreja. São, em geral, destinadas a um público específico de diversas áreas sociais que caracterizam situação de carência.

No Brasil, a primeira discussão sobre a introdução de um programa de renda mínima foi iniciada na década de 1970. Neste momento, discutia-se que a estrutura da economia brasileira não teria condições de suprir as necessidades de sobrevivência de todos, pois não havia uma relação satisfatória entre crescimento econômico e bem estar social (Queiroz e Farias, 2011).

Ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, ocorre a instituição sistemática de programas sociais de caráter essencialmente compensatórios. “É neste período que se inicia a primeira discussão sobre a introdução de um programa de renda mínima vinculada a uma agenda de erradicação da pobreza no país” (Paiva, 2012, p. 138).

Essas discussões prosseguiram e se incorporaram à Constituição Federal de 1988. A partir de então, a “proteção social assumiu uma estrutura mais sistematizada, incorporou a compreensão das necessidades sociais como matéria de direito, a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas” (Pereira, 2006, p.17) apud (Paiva, 2012, p.138).

“Tentando resgatar parte da enorme dívida social brasileira, a Constituição Federal de 1988 ajudou a configurar novos princípios de justiça e solidariedade e colocou a ação social do Estado em novo patamar, ampliando as garantias sociais básicas e a proteção legal” (Queiroz e Farias, p.17, 2011). Nos últimos anos, tem-se aprimorado a abrangência do número de beneficiários e da variedade de benefícios, sob a afluência das novas determinações constitucionais.

A concretização dos Programas de Transferência de Renda no Brasil se deu em 1995, com a implementação do programa Bolsa-Escola em alguns municípios do país. A partir deste momento, diversos programas foram criados com o intuito de elevar o padrão de vida das famílias pobres ao nível de uma vida digna, sendo, as transferências de renda, mecanismos de redução da pobreza e da desigualdade.

A necessidade compensatória possui origens históricas, de um Brasil desigual e com dívidas sociais. Como tentativa de reverter esse quadro de desigualdades sociais, a partir de 2001, começaram várias discussões voltadas para a necessidade de prioridades sociais. O

enfoque dessas prioridades trazia o destaque para os problemas da fome e da pobreza. Nesse sentido, Cury (2005), afirma:

As políticas inclusivas, assim, podem ser entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais. Elas buscam, pela presença interventora do Estado, aproximar os valores formais proclamados no ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade. Elas se voltam para indivíduo e para todos, sustentadas pelo Estado, pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei. Assim, essas políticas públicas não são destinadas a grupos específicos enquanto tais por causa de suas raízes culturais, étnicas ou religiosas (p. 14)

Para Cury (2005), as políticas inclusivas têm como objetivo combater todas e quaisquer formas de discriminação que impeçam o acesso a maior igualdade de condições.

Desse modo, as políticas públicas includentes corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, apresenta graus consideráveis de desigualdade. Nesse sentido, as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social (p.14).

Com o objetivo de inclusão, as políticas compensatórias ou inclusivas, funcionam como estratégias, para a afirmação de direitos sociais, geralmente destinados a grupos com situação entendida como socialmente vulnerável, ou seja, grupos que se constituem pela dificuldade ou incapacidade de manter as necessidades básicas para a subsistência.

Cury (2005) traz uma consideração a respeito dos objetivos das políticas compensatórias:

[..], as políticas inclusivas compensatórias visam corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade (Cury, 2005, p.21).

Cury (2005) ainda menciona que as políticas de educação igualitária respondem por uma escolarização em que os estudantes possuem os mesmos direitos, sem nenhuma discriminação de sexo, raça, etnia, religião e capacidade, todos tendo acesso, permanência e sucesso nas etapas da educação básica.

De acordo com o autor,

A situação educacional do país, em contraste com os benefícios que a educação propicia e em contradição com os valores sustentados por uma legislação avançada, é ainda excludente. Por definição, a educação básica, direito constituinte do cidadão, abrange três etapas sucessivas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. [...] Se a educação infantil é a etapa "básica" da educação básica, se ela é direito, então o Estado ainda não chegou até onde deveria para corresponder ao "dever do Estado" (CURY, 2002, p.182).

Assim, a educação se coloca como uma das mais relevantes manifestações das políticas sociais. Andrade (2005) observa que a política educacional no Brasil tem dado maior visibilidade a programas de inserção focalizada e dedicado menor atenção às questões da universalização.

Ao mesmo tempo em que se afirma como uma política social de caráter universal – a ampliação da escolaridade e o crescimento do contingente de alunos atendidos nos sistemas e redes públicas, na maior parte dos países deste subcontinente, é um indicador desta tendência – tem sido orientada também pela lógica da focalização. Esta segunda orientação tem conduzido a política educacional a se concentrar em medidas que asseguram o acesso e a permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola. Como exemplo, as cotas para negros nas universidades públicas e os programas de distribuição de renda mínima, como o Bolsa-Escola (Andrade, 2005, p.35).

Nesse sentido, focalizar grupos específicos permite uma compensação ou reparos de “injustiças sociais”, no princípio da equidade. “A concepção de equidade está baseada na ideia de uma ação política aplicada em maior grau para quem tem menos” (Andrade, 2005).

A política educacional deve ser “objeto de igualdade concreta e que faça jus à educação como o primeiro dos direitos sociais inscrito em nossa Constituição, como direito civil inalienável dos direitos humanos e como direito político da cidadania” (Cury, 2005), assumindo o papel de redução das desigualdades, aplicada no setor público e prioritariamente nas escolas.

A concepção de ações compensatórias voltadas para a equidade social passa a ser objeto da política educacional a partir das orientações traçadas para a educação dos países mais pobres do mundo na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, em março de 1990.

Nesta conferência, os países signatários, entre eles o Brasil, assumiram o compromisso de desenvolver projetos voltados para a equidade e maximização dos recursos financeiros, apresentados no Relatório Delors (1996). “Esse documento trouxe um diagnóstico sobre o contexto das políticas educacionais de vários países, indicando tensões, que de acordo com sua análise deveriam ser resolvidas” (Shiroma, 2011). Seus governos comprometeram-se a impulsionar políticas educativas articuladas a partir do fórum “Educação para Todos”, coordenado pela UNESCO que, ao longo da década de 1990, realizou reuniões regionais e globais de natureza avaliativa.

Como afirmação do compromisso educacional, o Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar em 2000, teve como principal objetivo avaliar os resultados do processo iniciado em Jomtien, como um compromisso coletivo para a ação, reafirmando a obrigação dos governos em assegurar que os objetivos sejam alcançados e mantidos. “Diante da

dificuldade da maioria dos países em atingir as metas propostas, novos compromissos foram firmados para o ano de 2015” (Shiroma, 2011). Nos objetivos agora firmados, é interessante destacar-se a necessidade de expandir e melhorar o cuidado e a educação de crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Um dos primeiros programas, no campo educacional a promover a equidade associada a uma política de racionalização dos gastos públicos foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado por meio da Lei n. 9.424/96, sendo substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb). Este criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

O Fundef e o Fundeb são o resultado de uma política que, permite garantir o acesso ao ensino público a todos aqueles que a ela teriam direito. Assim, as reformas que tiveram início com o Fundef constituiriam, acima de tudo, novas formas de gerenciamento e controle dos gastos públicos na educação, buscando a maior eficiência com a maior cobertura. Brasil (2014).

Neste mesmo caminho de política de ações compensatórias e de equidade encontra-se o Programa Universidade para Todos (Prouni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que promovem acesso a educação superior.

Outro programa que se enquadra na concepção de políticas compensatórias no campo da educação é o Plano de Ações Articuladas (PAR), que funciona como projeto de indução e avaliação das políticas de equidade estabelecidas pelo Ministério da Educação. Para participar do PAR, o estado ou município deve aderir ao Compromisso: Todos Pela Educação, um programa de 28 diretrizes com metas de voltadas para a equidade e elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Brasil (2014).

Atualmente, há muitas oportunidades do governo para manter as crianças na escola e para que elas deem continuidade aos estudos após o período de educação básica. Há diversos programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), Sistema de Seleção Unificada (SISU), Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Educa mais Brasil, Brasil (2014).

CAPÍTULO 2 – O Programa Bolsa Família, suas condicionalidades e a educação.

Este capítulo propõe a descrição e análise sobre programa Bolsa Família. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este se constituiu como uma política social de maior universalização e efetivação de direitos sociais no Brasil. O programa bolsa família situa-se no contexto do programa fome zero do governo federal, com transferência direta de renda aos seus beneficiários. É importante compreender como procede a articulação deste Programa e os segmentos sociais, principalmente no âmbito educacional.

2.1 Sobre o programa

Para uma contextualização atual do Bolsa Família, é importante ressaltar um pouco sobre seu histórico. O programa Bolsa família tem como base quatro programas anteriores, sendo o Bolsa Escola um importante programa que integra essa base.

Criado pelo senador Cristovam Buarque e implementado pelo mesmo, no Distrito Federal, durante seu mandato de governador, nos anos de 1995 a 1998, foi instituído pelo Decreto 16.270/95, com o nome legal de “Bolsa Família para a Educação”. O Bolsa Escola tinha em seu cerne a ideia de vincular um programa de renda mínima à educação, com um repasse de meio salário mínimo para cada família que mantivesse os filhos matriculados e frequentando as aulas.

Sobre este novo modelo de programa, Paiva (2012) afirma que:

O diferencial deste programa em relação a outras iniciativas de proteção social residia no fato de que a concessão da renda estava associada ao compromisso familiar com a matrícula e permanência das crianças na escola. Esta condicionalidade foi apresentada como mecanismo potencial de superação do ciclo de pobreza que circunda as referidas famílias (p.195).

Esta iniciativa de proteção social fomentou o compromisso entre a concessão de renda aos beneficiários e as responsabilidades educacionais. Essa proposta do vínculo à educação começava a se firmar.

A gestão do programa Bolsa-Escola ficou a cargo da Secretária de educação. Segundo Cristovam Buarque (2012, p.20), “esta vinculação gerencial à área da educação faz uma enorme diferença de sua vinculação à área da assistência social”, como no caso do programa Bolsa Família. Com este caráter de programa vinculado à educação traz a

obrigatoriedade ao cumprimento das condicionalidades e “quebra” com a ideia de programa assistencialista, ainda, segundo Buarque (2012):

O primeiro desafio a enfrentar era, portanto, colocar na escola dezenas de milhões de crianças nem sequer matriculadas, que não estudavam porque tinham de trabalhar. A causa maior era a pobreza das famílias. As famílias pobres precisavam de renda do trabalho dos filhos. Além disso, após séculos de sociedade de apatidão, os pobres tinham o sentimento de que educação era um privilégio dos ricos. Ao buscar medidas concretas para colocar as crianças na escola, fiz ao grupo a pergunta: ‘se as crianças não estudam porque as famílias são pobres, por que não pagamos as famílias, para que as crianças estudem (p. 10).

Enquanto havia uma preocupação política em resolver problemas como a inflação ou a aceleração da economia, o Bolsa Escola enfatizava a preocupação em resolver os problemas básicos da educação como: a evasão, a permanência escolar e principalmente colocar todas as crianças na escola, sempre defendendo a ideia de que a educação é o principal estimulador do desenvolvimento social e propulsor econômico.

Posteriormente, em 11 de abril de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, através da lei nº 10.210, implementou o programa Bolsa Escola em âmbito federal, dentro da rede de proteção social, que consistia na junção de diferentes programas de cunho social. Nesse contexto, o programa Bolsa Família, estava inserido dentro dos Programas de Transferência Condicionada de Renda – PTCR.

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda consistem essencialmente na transferência de quantias em dinheiro para famílias pobres, condicionada pela exigência de uma ou várias contrapartidas da família beneficiada, como por exemplo, zelar pela frequência de seus filhos à escola.

A partir de 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, substituiu o nome de Bolsa-Escola para Bolsa Família e ampliou a abrangência do programa. É importante lembrar que o Bolsa-Escola se constitui como um dos programas que compõe a base do Bolsa Família. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) passou a administrar o Bolsa Família, que reuniu programas sociais anteriores, alcançando uma parcela maior da população brasileira.

O MDS é responsável pela gestão e operacionalização do Bolsa Família e do Cadastro Único (CadÚnico). Dentre as competências do Ministério estão a articulação junto aos gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais para a implementação do Bolsa Família e do Cadastro Único, além de seu acompanhamento e fiscalização. Brasil (2014).

Os gestores estaduais possuem um papel fundamental na gestão do Bolsa família, apoiando os municípios para a implementação do programa. Além disso, implementam programas complementares para as famílias beneficiárias, focando nas atividades de geração de trabalho e renda e de apoio às atividades produtivas. É responsabilidade dos estados informar aos municípios sobre a utilização do Cadastro Único, bem como promover a capacitação dos municípios e fornecer infraestrutura para a transmissão de dados aos municípios. Brasil (2014).

Os agentes municipais são responsáveis pela gestão local do Bolsa Família e do Cadastro Único. A prefeitura municipal é quem indica o gestor responsável pelo Programa, que deve identificar e cadastrar as famílias no Cadastro Único. A gestão do benefício também realizada no município, utiliza-se do Sistema de Gestão de Benefícios (Sibec), no qual são feitos bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de benefícios.

Esta gestão descentralizada é uma forma de gestão que permite que União, estados, Distrito Federal e municípios compartilhem entre si os processos de tomadas de decisão do Bolsa Família, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social. Os entes federados, em conjugação de esforços, pactuam o desafio de conduzir a implementação dessa política de transferência direta de renda com condicionalidades, sendo parceiros efetivos, corresponsáveis pela implementação e controle do Bolsa Família e do Cadastro Único. Brasil (2014).

Com a eleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2010, a política social implantada por Lula tem continuidade e amplia-se. Um dos compromissos assumidos refere-se à superação da pobreza absoluta e redução das desigualdades sociais, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. ´

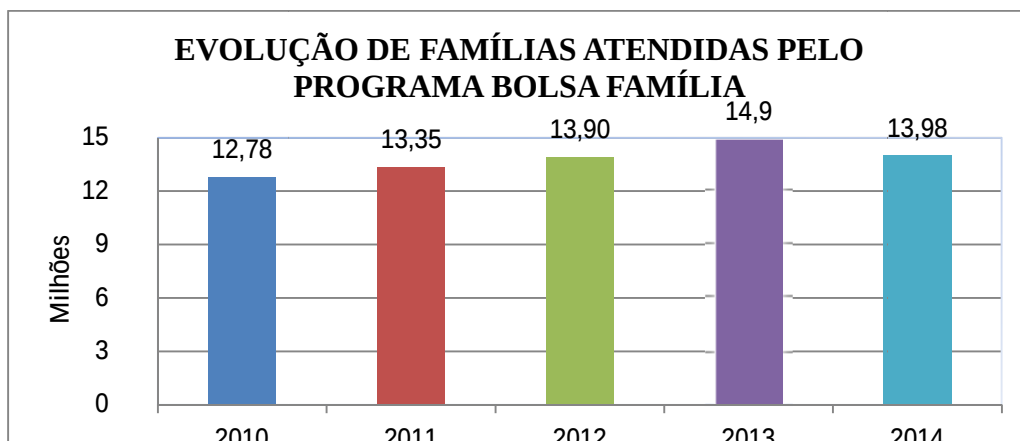
O Bolsa Família integra o Programa Fome Zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Brasil (2014).

O programa Bolsa Família atua diretamente no combate à fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e na garantia da segurança alimentar dos brasileiros em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional; e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios. Brasil (2014).

O Bolsa Família se constitui como um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que atendem famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77). Brasil (2014). O número de famílias aumentou, entre os anos de 2010 a 2014.

O gráfico abaixo traz a evolução do número de famílias atendidas pelo Bolsa Família.

Gráfico 1- Evolução de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família.



Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Beneficios>

O gráfico acima apresenta o volume de famílias atendidas pelo programa, referentes aos anos de 2010 a 2014, mostrando a progressão do número de atendimentos. Em 2014, os dados foram contabilizados até o mês de outubro, esse fato, justifica um índice menor de atendimentos, se comparado ao ano de 2013.

O valor do benefício pago às famílias é constituído por variáveis utilizadas para compor a parcela mensal. Essas variáveis são baseadas no perfil das famílias registradas no Cadastro Único. Entre as informações consideradas, estão: a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes e nutrízes.

Segundo o MDS, a regulamentação do Programa estabelece os seguintes tipos de benefícios:

Benefício Básico: R\$ 77;

- Concedido apenas às famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R\$ 77).

Benefício Variável de 0 a 15 anos: R\$ 35;

- Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.

Benefício Variável à Gestante: R\$ 35;

- Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição.
- Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês.
- A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.

Benefício Variável Nutriz: R\$ 35;

Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição.

- Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Os benefícios variáveis, acima descritos são limitados a 5 (cinco) por família, mas todos os integrantes da família devem ser registrados no Cadastro Único.

Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: R\$ 42;

- Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza: calculado caso a caso;

- Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.

A tabela abaixo se refere ao número de benefícios concedido pelo programa entre os anos de 2010 e 2014.

Tabela 1 - Quantidade de Benefícios por variáveis.

BÁSICOS				
2014	2013	2012	2011	2010
12.889.356	12.711.378	12.456.787	11.623.766	10.533.302
VARIÁVEIS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE				
2014	2013	2012	2011	2010
7.686.607	7.487.789	7.225.641	7.056.061	6.993.089
VARIÁVEIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 7 A 15 ANOS DE IDADE				
2014	2013	2012	2011	2010
13.127.491	14.139.525	14.269.287	15.003.209	15.332.260
VARIÁVEIS PARA JOVENS DE 16 E 17 ANOS (BVJ)				
2014	2013	2012	2011	2010
6.712.444	3.449.376	3.619.318	2.212.298	1.924.756
VARIÁVEIS PARA GESTANTES				
230.853	210.065	166.366	25.305	-
2014	2013	2012	2011	2010
VARIÁVEIS PARA NUTRIZES				
2014	2013	2012	2011	2010
293.317	216.702	204.701	93.186	-
SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NA PRIMEIRA INFÂNCIA (BSP)				
2014	2013	2012	2011	2010
5.357.378	4.898.611	3.451.940	-	-

Fonte: disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/pagamento-de-beneficios>>

O desligamento do benefício ocorre de forma gradual. Em um primeiro registro de descumprimento – a família recebe uma advertência por escrito, lembrando-a dos

compromissos com o programa e da vinculação entre o cumprimento das condicionalidades e o recebimento do benefício.

Em segundo momento, ocorre o bloqueio por 30 dias. Quando é necessária a averiguação de alguma regra do programa Bolsa Família, que não foi cumprida, ou pelo motivo de não localização da família no endereço informado no Cadastro Único. Após seis meses que o benefício foi bloqueado, não regularizada a situação junto ao gestor local do PBF, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ocorre o cancelamento do benefício, ou de parte dele (básico ou variável).

O objetivo central do programa é o incentivo à garantia de direitos e não apenas proporcionar renda às famílias que se encontram em circunstâncias de pobreza e extrema pobreza. Associam-se, portanto, transferência de renda e acesso aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social. Ele procura enfrentar o problema da pobreza em dois momentos: em curto prazo, o programa visa medidas de combate à pobreza, como a fome e a desintegração familiar e em longo prazo, o programa pretende combater a pobreza, induzindo a melhoria da educação e saúde, através das condicionalidades, garantindo melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O PBF se estrutura em três eixos principais: a transferência de renda com o intuito de promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Brasil (2014).

As condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do programa quanto pelo poder público. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício e por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

O quadro abaixo apresenta o total de alunos acompanhados pelo programa.

Quadro 1 - Representativo da totalidade de alunos acompanhados.

Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	13.117.728
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	2.476.740

Fonte: disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Benefícios>>

Os dados acima se referem às crianças e/ou adolescentes de famílias beneficiárias do PBF que têm idade entre 6 e 17 anos devem ter a condicionalidade de educação acompanhada, no período de 07/2014.

O quadro a seguir traz Totalidade de descumprimentos do Bolsa Família.

Quadro 2 - Totalidade de descumprimentos do Bolsa Família.

Total de repercussões por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação)	420.205
Total de advertência	284.198
Total de bloqueio	81.071
Total de Suspensão Reiterada (Port. 251/12)	0
Total de cancelamentos	225

Fonte:disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Benefícios>>

O quadro acima representa o total de descumprimento em virtude da condicionalidade de educação ou em virtude do descumprimento da condicionalidade de saúde, no período de 09/2014.

Na área de assistência social, o programa prevê que as crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

O PETI foi criado em 1996 como um experimento piloto no Mato Grosso do Sul, por iniciativa do Ministério Público estadual, visando reduzir a participação de crianças na silvicultura e agricultura. Posteriormente, o programa foi expandido para outras regiões que apresentavam elevado índice de crianças em atividades laborais penosas. Seu objetivo era

proteger crianças e adolescentes do trabalho penoso, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Brasil (2014).

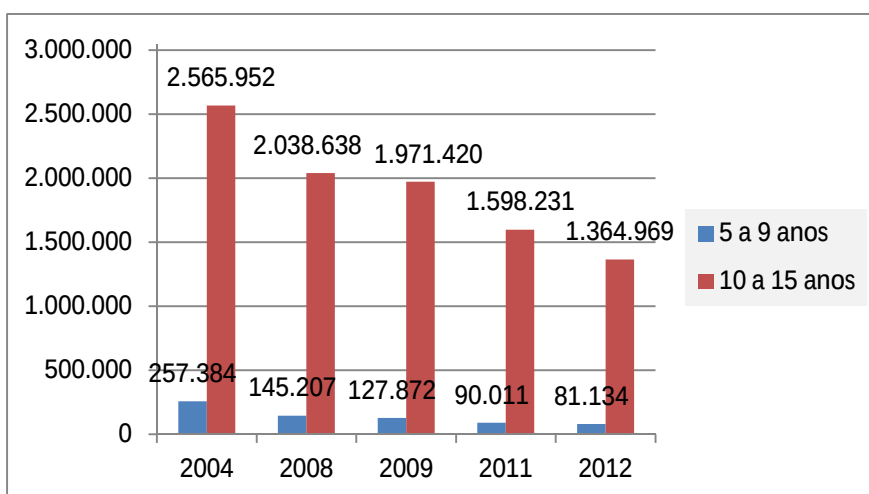
Este programa é de extrema importância para a educação, e deve ser considerado neste estudo, uma vez que, a exploração do trabalho infantil, nas suas mais variadas formas, além de prejudicar as crianças em seu desenvolvimento, configura como uma das principais causas da evasão escolar, segundo informações do MDS. A rotina diária de trabalho se torna extremamente desgastante para uma criança, portanto, a criança que trabalha nessa idade não consegue manter-se frequentando a escola e acaba desistindo dos estudos.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Compreende transferência de renda (por meio do Programa Bolsa Família), acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade.

A inserção da criança no trabalho reflete a exploração da mão de obra infantil aliada à evasão escolar. A exploração do trabalho infantil, nas suas mais variadas formas, além de prejudicar a criança no seu desenvolvimento, traz outras consequências como o baixo rendimento escolar ou o total afastamento da escola.

O gráfico abaixo traz resultados positivos do último levantamento realizado pelo MDS, sobre a redução do trabalho infantil em todo o Brasil.

Gráfico 2 - População infantil ocupada.



Fonte: disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro_ds.php?p_id=310>

De acordo com dados acima, na última década, houve redução dos índices relacionados ao trabalho infantil na faixa etária entre 05 e 09 anos e na faixa etária entre 10 e 15 anos. Esses dados configuram uma melhora, mas, retratam que a erradicação do trabalho infantil no cenário brasileiro ainda tem que avançar muito.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) faz o acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família de forma articulada entre os Ministérios da Educação e da Saúde. Nos municípios, o acompanhamento deve ser feito intersetorialmente entre as áreas de saúde, educação e assistência social, esse acompanhamento acontece de acordo com calendários previamente acordados pelas áreas envolvidas.

O acompanhamento da frequência escolar, procedimento que compravam se estas crianças estão indo à escola, é realizado bimestralmente, em parceria com os entes federados, representados pelas áreas de educação dos estados, municípios e Distrito Federal no decorrer do ano letivo.

Nestes períodos, os operadores municipais do programa, sob a orientação da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar do MEC e das coordenações estaduais do programa Bolsa Família, consultam as escolas, por meio do Projeto Presença, para levantarem informações relativas ao cumprimento (ou não) da frequência escolar mínima exigida pelo PBF, Brasil (2014).

O Projeto Presença é um sistema de acompanhamento da frequência escolar do programa Bolsa Família, desenvolvido em uma plataforma Web, a fim de permitir o acesso ao sistema em todas as regiões do País. Foi lançado em 2005, para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) possuisse condições o suficiente para a coleta de informações do censo escolar realizado pelo mesmo (Inep, 2014). Por meio desse sistema, é realizado o cadastramento de alunos, docentes e escolas da rede pública.

O registro e a coleta da frequência escolar dos beneficiários do PBF abrangem dois grupos distintos crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos, que devem frequentar, no mínimo, 85% do período letivo mensal; e jovens com 16 e 17 anos de idade, cuja frequência escolar mensal deve atingir no período letivo, no mínimo, 75% de frequência escolar.

Concluído o período de coleta da frequência escolar do PBF, a base de dados com as informações dos registros de frequência, realizados pelos operadores municipais do acompanhamento da frequência escolar, no Sistema Presença, são repassadas as informações

ao MDS, para que sejam processadas as medidas referentes à gestão do programa Bolsa Família. (Ipea, 2013 p.113).

O quadro abaixo traz o número de beneficiários acompanhados e informações sobre a frequência escolar no período de 07/2014.

Quadro 3 - Acompanhamentos da frequência exigida.

Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida (6 a 15 anos - 85%)	12.562.293
Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos- 85%)	555.435
Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos - 75%)	2.283.964
Total de Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - 75%)	192.776
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	1.350.783
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	653.767

Fonte: disponível em < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Beneficios>>

O levantamento acima foi realizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), sobre o acompanhamento das condições das frequências referente ao mês 07/2014.

De acordo com avaliações, referente às condicionalidades do PBF, os alunos estão frequentando e permanecendo mais na escola. São necessárias, portanto, análises sobre as causas constatadas que ainda incidem sobre a baixa frequência, abandono e evasão, a fim de alcançar resultados cada vez mais positivos.

Ao longo dos últimos dez anos, o Bolsa Família se adaptou, aperfeiçoaram mecanismos, adicionou benefícios e ampliou o alcance e o impacto distributivo das transferências. Assim, o programa se consolidou e assumiu centralidade na política social brasileira.

Em nível internacional, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), o Bolsa Família é hoje referência em tecnologia de transferência de renda condicionada e está entre as ações mais efetivas de combate à pobreza.

O Bolsa Família é considerado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa mais bem sucedido e completo das políticas sociais atuais.

Completado uma década em vigência e atendendo a cerca de 13,9 milhões de famílias em todo o país, colabora com o desenvolvimento de seus beneficiários, por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, além de se articular com vários outros programas sociais através do Cadastro único (CadÚnico).

O Cadastro único se caracteriza como um banco de dados do governo federal em conjunto com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, através do qual são selecionadas as famílias e ou indivíduos, que se enquadram no perfil de cada programa social. Esse cadastro permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Brasil (2014).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea, 2013), o PBF atingiu as expectativas governamentais em todas as áreas ao qual foi destinado: saúde, educação, superação da pobreza absoluta e redução das desigualdades sociais:

O Programa Bolsa Família tem se afirmado com uma experiência bem-sucedida devido à sua ampla cobertura e ótima focalização, e também aos relevantes impactos sobre as condições de vida da população beneficiária. Muitos pontos positivos foram destacados pelas inúmeras avaliações do programa: cumpriram-se os objetivos fixados e avançou-se em muitos aspectos não previstos. É uma história de sucesso das políticas sociais brasileiras, organizadas no que elas têm de melhor em termos de modelo de gestão, de sistemas de informação, de integração das políticas sociais numa perspectiva intersetorial, de cooperação federativa, e de compromisso social e profissional de um amplo conjunto de servidores públicos dos três níveis de governo. (Ipea, 2013, p.18).

Ao longo dos anos, pesquisas governamentais, constataram que, devido à sua contínua expansão e aprimoramento, o PBF reduziu a pobreza e a desigualdade, promoveu a inclusão nas políticas públicas de educação e saúde, reduziu a insegurança alimentar, e fortaleceu a trajetória escolar e a saúde de crianças e adolescentes, aumentando o compromisso destas políticas com as parcelas mais pobres da população brasileira.

Neste contexto de afirmação do PBF, inúmeras dúvidas relacionadas aos aspectos considerados negativos, que pairavam sobre um programa tão abrangente, tiveram de ser explicadas. A polêmica se estabeleceu, por exemplo, diante da opção de operar com repasse de benefícios monetários para as famílias sem controle quanto ao destino dos recursos. Também foi muito difundida a crença de que as famílias beneficiárias passariam a ter mais filhos, para ter acesso a um maior volume de recursos e talvez o mais comentado, é que o Bolsa Família atuaria de modo a acomodar as famílias, gerando dependência entre os beneficiários adultos.

De acordo com Ipea (2013), "esses mitos que cercavam o Bolsa Família e alimentavam um imaginário conservador eram também mitos contra o próprio avanço social e democrático do país. Felizmente, inclusive pela contribuição do próprio programa, todos eles estão sendo deixados para trás" (p.16,17).

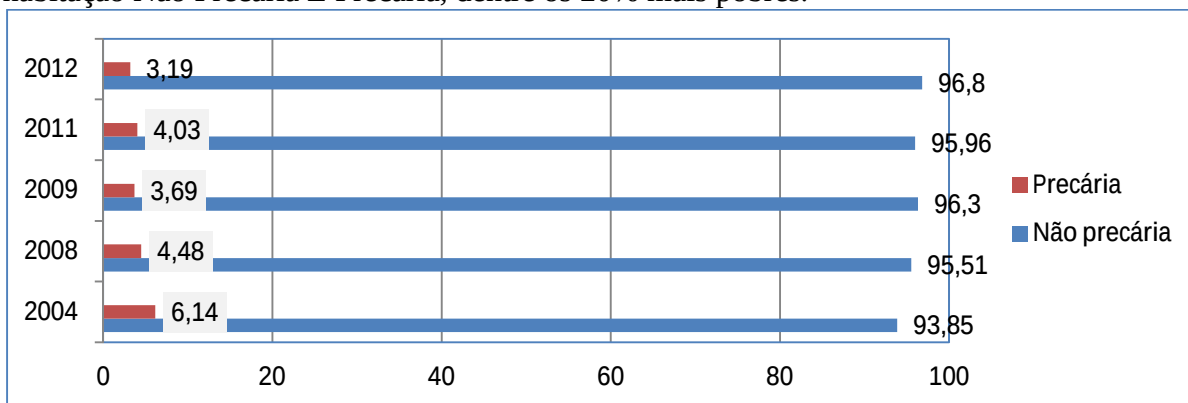
Outros aspectos observados pelo Ipea (2013) revelam que a estrutura econômica e familiar pode dizer muito sobre os alunos. Quando se avalia, por exemplo, a estrutura das moradias, percebe-se que os alunos que possuem uma casa maior, de alvenaria, e com menos moradores, possuem uma incidência menor quando se trata de repetência escolar. Outro fator considerado, diz respeito à escolaridade dos pais. Os alunos que os pais possuem maior escolaridade, também possuem menor índice de repetência. Uma escola estruturada, que sabe gerir seus problemas internos e que não culpa exclusivamente aos alunos por seu fracasso, tem uma chance muito maior de conseguir um bom resultado e ajudar seus alunos, não os punindo com a repetência. Segundo estudos do Ipea (2013):

O PBF influencia no desempenho da aprendizagem das crianças de famílias beneficiárias, por ocasionar uma melhoria na renda e por consequência uma melhoria nas condições de vida das famílias. Nesse caso pode se constatar que, tanto a renda familiar quanto o cumprimento das condicionalidades, estão relacionadas com a diminuição da repetência escolar (p.298).

Em relação aos indicadores sociais positivos, como escolaridade dos pais, infraestrutura domiciliar, entre outros, os estudantes filhos de beneficiários do programa estão em desvantagem, uma vez, que o perfil econômico e social dos beneficiários já se configura como vulnerável.

O gráfico a seguir, traz o percentual de domicílios particulares permanentes e improvisados em situação de habitação não precária e precária, dentre os 20% mais pobres.

Gráfico 3-Percentual de domicílios particulares permanentes e improvisados em situação de habitação Não Precária E Precária, dentre os 20% mais pobres.



Fonte: disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro_ds.php?p_id=363>

Na pesquisa levantada pelo MDS, os domicílios considerados precários são os que não possuem abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação, serviços públicos essenciais, coleta de lixo, existência de banheiro de uso exclusivo por moradia. Quando uma moradia possui um desses indicadores citados acima, ela se enquadra dentre as moradias não precárias. Em números, o total de domicílios particulares permanentes considerados precários, foi de 57.324.185 em 2000, caindo para 44.795.101, em 2010. Brasil (2014).

A permanência das crianças na escola tem como base o exercício do direito à educação, é fundamental que os alunos permaneçam na escola, aprendam na idade adequada, tenham oportunidades de continuidade dos estudos e, ainda, de inserção no mercado de trabalho. Segundo dados do Ipea (2013):

Os/as estudantes beneficiários/as têm apresentado uma menor taxa de abandono escolar, tanto no nível fundamental como no médio. Esta incidência ocorre na apuração da taxa verificada para a totalidade dos alunos das escolas públicas. Isto oferece indicações da efetividade da condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família e seu acompanhamento, evidenciando a contribuição desta ação na diminuição das desigualdades educacionais. (p.114).

O PBF, tem se revelado importante no que se refere a redução da desigualdade educacional do país. Dados levantados pelo MDS (2014), revelam que a taxa de aprovação das crianças do Bolsa Família apresentam bons resultados, e atualmente equivale à média nacional. Associado à melhoria de condições dos beneficiários, a exigência da matrícula e frequência escolar, também se caracteriza como uma estratégia de combate a essas desigualdades educacionais.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Este capítulo propõe-se a descrever como se desenvolveu o percurso metodológico deste estudo. Para tanto serão apresentados seus objetivos, contexto da pesquisa, abordagem metodológica, os instrumentos utilizados, bem como a análise dos dados obtidos.

3.1 - Objetivos da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a influência do programa Bolsa Família na trajetória dos alunos beneficiários.

De modo a validar este objetivo mais amplo, os objetivos específicos da pesquisa se traduzem em:

- Conhecer os objetivos do programa bolsa família.
- Identificar os índices de evasão, repetência e rendimento dos alunos participantes do programa.
- Averiguar as influências do programa Bolsa Família no desempenho escolar dos alunos beneficiários.

3.2 - Abordagem e tipo de pesquisa

A presente pesquisa foi realizada com base na abordagem qualitativa. Conforme Gonsalves (2011, p.70) essa abordagem preocupa-se com a compreensão e interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica, Gamboa (2008) corrobora com os estudos de Gonsalves. Segundo o autor:

[...] Essas pesquisas expressam interesse específico na denúncia e na explicitação das ideologias subjacentes, propõem desvendar e decifrar os pressupostos implícitos nos discursos, textos comunicações. Os elementos críticos são abundantes e as propostas tem geralmente um marcado interesse na “conscientização” dos indivíduos envolvidos na pesquisa e manifestam interesse por práticas alternativas e inovadoras.(Gamboa, 2008,p. 97).

O método qualitativo traz como contribuição no trabalho uma flexibilidade dos procedimentos, podendo conferir um redirecionamento da investigação. A teoria é como um

processo em desenvolvimento e construção, não apresenta um marco acabado; “pois seu caráter é dinâmico e não estático, e objetiva a construção da mesma”, (Gamboa 2008).

Dessa forma a pergunta desenvolve durante um diálogo que se constitui no decorrer da pesquisa, sendo essa de caráter exploratório. Segundo Gonsalves (2011), “A pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento das ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado” (p.67).

Portanto se caracteriza pela elucidação de fenômenos ou na “explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes” (Gamboa, 2008). A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa que visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientando a formulação de hipóteses.

3.3 - Contextos e participantes

A ênfase da investigação centrou-se na relação entre o programa Bolsa Família e seus reflexos na educação, mais especificamente na trajetória dos estudantes. Devido ao fato de que o programa exige como uma de suas condicionalidades a manutenção das crianças na escola, por meio da frequência escolar, o torna importante para o contexto educacional.

O Bolsa Família se estrutura em três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, e combate à fome. De imediato, o programa visa o combate à fome e da desintegração familiar, em longo prazo sua intencionalidade é reduzir a pobreza e promover a autonomia do beneficiário, induzindo a melhoria da educação e saúde, por meio das condicionalidades.

Tendo como fonte a visão dos professores que atuam na docência e em outros serviços escolares, buscou-se a confirmação de que o Bolsa Família tem influencia ou não na trajetória escolar dessas crianças, e se tiver, como esta relação vem se estabelecendo .

Os sujeitos da pesquisa são os alunos beneficiários do PBF, estudantes de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal, inseridos em um contexto social considerado vulnerável. Devido à importância de ser uma escola que atendesse a um número significativo de alunos beneficiários é que desde o início optou-se por uma escola pública, esse fator agregou maior confiabilidade e ao estudo.

As informações foram levantadas com os profissionais que têm contato direto com os alunos em questão, na docência, na administração ou em outros setores da escola. No decorrer do estudo tive o cuidado em ser fiel às opiniões dos participantes.

3.4 - Coletas de dados

Objetivando identificar e compreender melhor as influências que o programa Bolsa Família traz aos estudantes, optou-se pelo contato direto com a instituição de ensino pretendida. A aproximação com a instituição ocorreu durante o segundo semestre de 2013 ao segundo semestre de 2014, permitiu identificar como se estabelecia o contato da escola com os responsáveis, principalmente quando o assunto se referia ao programa.

Durante esse período foram analisados os diários de classe, juntamente com os professores, a fim de obter informações mais específicas sobre os alunos beneficiários. Esses dados permitiu conhecer, por exemplo, as justificativas das faltas, trazidas pelos alunos.

Para coletar dados sobre o PBF, sua condicionalidade e seus reflexos na escola e na trajetória dos alunos, foi utilizado um questionário, que abordou 28 professores, em diferentes funções na escola. A escolha pelo questionário como instrumento de coleta de dados orientou-se pelos objetivos da pesquisa e pela possibilidade de abranger um maior número de professores participantes, além, de se adequar melhor ao tempo disponibilizado. Seu objetivo é levantar as opiniões dos participantes, de forma abrangente, garantindo a espontaneidade dos participantes, além de ser rápido e confiável. As perguntas abordaram informações sobre o Bolsa Família, sobre a relação deste com os alunos, sobre evasão, frequência e o desempenho dos alunos, por fim, possibilitou as considerações dos participantes.

Para subsidiar teoricamente este estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas. Esse instrumento permitiu a investigação de uma gama de trabalhos, sobre o programa Bolsa Família, políticas públicas e sociais e sobre temas relacionados.

A culminância da pesquisa se deu pela obtenção dos dados e análise dos resultados, de forma imparcial, organizando-os, de maneira a interpretar todas as subjetividades das respostas. A interpretação teve como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, fazendo ligação com os conhecimentos obtidos anteriormente na escola e nos referenciais.

CAPÍTULO 4 – ESCOLA E OS REFLEXOS DO BOLSA FAMÍLIA

Este capítulo se propõe a analisar os dados coletados sobre a escola selecionada e de seus alunos beneficiários do programa Bolsa Família, a fim de se discutir os reflexos desse programa na trajetória escolar desses alunos.

4.1 Caracterizando a realidade pesquisada

A instituição de ensino selecionada, como já apresentado anteriormente, é uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal, escolhida por atender a um significativo número de estudantes e estar inserida em um contexto social considerado de baixo poder aquisitivo. Após o primeiro contato, confirmou-se a presença de um importante número de alunos beneficiários do programa Bolsa Família, foco principal deste trabalho.

A escola observada foi inaugurada em março de 1973 e é ampla com uma estrutura física considerada modesta. Devido à sua importância, na localidade em que se encontra, atua promovendo palestras educativas e de informação sobre direitos sociais à comunidade.

A pesquisa abrangeu todos os alunos beneficiários do programa que estudaram e estudam nesta instituição nos anos de 2012, 2013 e 2014. Em 2012 e 2013, a escola ofertava o ensino do 5º ao 9º. Em 2014, houve uma pequena alteração, passando a atender alunos do 4º ao 9º do ensino fundamental.

Os dados abaixo representam o total de alunos matriculados na escola, o número de alunos atendidos pelo Bolsa Família e seu percentual em relação a totalidade de estudantes até outubro desse ano.

Tabela 2- Demonstrativo de total de alunos.

Ano	Matriculados	Beneficiários	%
2012	1.177	310	26,3
2013	1.024	306	29,9
2014	1.095	329	30,0

Fonte: Secretaria da escola pesquisada

Por meio; da análise da tabela acima, é possível identificar que, houve uma redução no número de alunos matriculados entre 2012 e 2013. De 2013 a 2014, houve um pequeno aumento. Em relação ao número de alunos beneficiários, houve uma pequena queda entre os anos de 2012 e 2013, porém, seu percentual em relação ao número de alunos matriculados, aumentou gradativamente nos três anos investigados.

Outro aspecto a ser destacar é o de que, entre 2012 e 2013, a escola deixou de matricular 153 alunos, sendo apenas 4 beneficiários do programa, o que nos leva a considerar que a evasão dos beneficiários é, proporcionalmente, bem menor do que os não beneficiários. Além disso, o aumento de 71 matrículas entre 2013 e 2014 também aconteceu na perspectiva dos beneficiários, na ordem de 23 matriculados.

Isso demonstra que as condicionalidades do programa contribuem para a redução da evasão escolar que, nesse caso, foi de apenas 4 alunos no período de 2012 e 2013 e nula no período subsequente. Ao mesmo tempo, contribuem para o aumento de alunos matriculados, como garantia de acesso à escola.

Na pesquisa realizada diretamente na instituição durante o segundo semestre de 2013 e segundo semestre de 2014, tornou-se possível coletar dados referentes à frequência, evasão e repetência escolar dos alunos beneficiários, bem como, verificar como se procede a aproximação dos familiares responsáveis com a escola, quando o assunto em questão é a frequência escolar das crianças assistidas pelo programa. Para a obtenção detalhada da frequência dos estudantes, foi realizado um levantamento por meio do Projeto Presença.

O Projeto Presença é um sistema de acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família, desenvolvido em uma plataforma Web a fim de permitir o acesso ao sistema em todas as regiões do País. Foi lançado em 2005, para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) possuisse condições suficientes para a coleta de informações do censo escolar realizado pelo mesmo (Inep, 2014). Por meio desse sistema, é realizado o cadastramento de alunos, docentes e escolas da rede pública.

Os dados seguintes mostram o levantamento da frequência escolar entre os alunos beneficiários, identificando situação regular ou irregular.

Tabela 3 - Frequência escolar dos alunos beneficiários.

Ano	Nr de alunos	Frequência regular	Frequência irregular
2013	306	274	32
2014	329	302	27

Fonte: Secretaria da escola pesquisada

De acordo com os dados da tabela 2, nota-se que a escola apresenta uma boa taxa de frequência regular. Em 2013, dos 306 alunos, 89,5% apresentaram frequência regular. No ano seguinte, esse percentual aumentou para 91,7%. A frequência irregular reduziu. Em 2013 dos 306 alunos, 10,45 % apresentaram frequência irregular. Em 2014 esse percentual reduziu para 8,2%.

A cada dois meses os gestores da escola fazem o registro da frequência escolar do aluno, por meio do formulário do Sistema Presença. É necessário informar, quando for o caso, as justificativas pelas faltas apresentadas pelos responsáveis. Quando o estudante atinge número de faltas superior ao tolerado, 85% da presença para crianças entre 6 e 15 anos e 75% para crianças com 16 e 17 anos, sem a apresentação de justificativa, o benefício pode ser bloqueado. Para o desbloqueio, o beneficiário precisa se regularizar no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social da sua área.

Além do Projeto Presença, a escola não possui outro procedimento específico para apurar os dados referentes aos estudantes atendidos pelo PBF, uma vez que, a única especificidade entre os alunos beneficiários e os, não beneficiários, registrada pela escola é a informação da frequência no Sistema. Devido a esse fato, se tornou inviável verificar o rendimento escolar desses alunos diretamente na secretaria da escola.

A fim de identificar o rendimento escolar da escola e, assim, levantar algumas possibilidades analíticas, foram utilizados os indicadores educacionais para educação básica, apurados pelo Inep. Esses indicadores são construídos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola, principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. E também, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Ideb funciona como um indicador nacional, sendo calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente (Inep, 2014). As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos (Inep, 2014).

A tabela abaixo apresenta os índices de aprovação, reprovação e abandono escolar, do ensino fundamental, da escola pesquisada, referente aos anos de 2012 e 2013.

Tabela 4 - Taxa de rendimento do ensino fundamental.

2 0 1 2			
	Aprovação	Reprovação	Abandono
Anos iniciais	85,3%	13,6%	1,1%
Anos finais	66,9%	28,0%	5,1%
Total	71,3%	24,6%	4,1%
2 0 1 3			
Anos iniciais	92,7%	7,3%	0,0%
Anos finais	70,0%	27,8%	2,2%
Total	74,5%	23,7%	1,8%

Fonte: disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>

É possível verificar, que tanto os anos iniciais, quanto os anos finais do ensino fundamental melhoraram seus percentuais de rendimento. Os anos iniciais elevaram a taxa de aprovação em 7,4%. Reduziram a reprovação em 6,3% e anularam a taxa de abandono, entre 2012 e 2013. Os anos finais obtiveram um resultado menos expressivo. Subiram a taxa de aprovação em 3,1%. Reduziram a taxa de reprovação em apenas 0,2%. Porém, alcançaram um resultado importante quanto à taxa de abandono, houve uma redução de 2,9%. Esses dados confirmam a redução da evasão escolar, citada anteriormente e, conseqüentemente, o aumento da permanência.

O quadro a seguir, apresenta as notas obtidas pela escola, nas últimas cinco avaliações do Ideb, bem como as metas estabelecidas pelo mesmo.

Quadro 4 - Resultados do Ideb.

Ideb observado					Metas projetadas					
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017
4,1	4,6	4,7	4,7	5,3	4,2	4,5	5,0	5,2	5,5	5,8

Fonte: disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>>

Os dados acima revelam que a escola investigada alcançou resultados significativos nas avaliações de 2007 e 2009, ultrapassando as metas projetadas pelo Ideb, nas duas avaliações. Em 2011 a escola baixou seu desempenho, não atingindo a meta estabelecida para este ano. Para 2013, o resultado foi muito positivo, mesmo tendo superando a meta em apenas 0,1 pontos, a nota subiu 0,6 pontos em relação à avaliação anterior.

A tabela abaixo traz o número de alunos retidos em 2013 e o número de prováveis retidos pra o ano de 2014.

Tabela 5 - Número de retidos e prováveis retidos

	Total de alunos Beneficiários	Retidos	Prováveis Retidos
Ano	2013 = 306	58	-
	2014 = 329	-	49

Fonte: Secretaria da escola pesquisada

Analizando os dados acima, nota-se que a retenção dos alunos beneficiários diminuiu entre os anos 2013 e 2014. Em 2013 dos 306 alunos 18,95% ficaram retidos. Em 2014, será identificada uma provável queda de 4,05% na retenção entre os alunos, o que demonstra uma melhora no rendimento escolar dos beneficiários.

O número de prováveis retidos é levantado pelos professores ao final do 3º bimestre e repassados à secretaria da escola, para fins de constatação. Trata-se de um resultado flexível, porém não é realizada nenhuma intervenção pedagógica com estes alunos nesse período.

Ainda sobre a evasão escolar mencionada anteriormente, verificou-se que, o abandono desses estudantes está ligado a muitos aspectos sociais, como: a necessidade de trabalhar, o convívio com a violência, problemas familiares, dificuldades de acesso à escola. São dentre outros, alguns dos motivos, mais comuns para justificar a evasão escolar, que também está relacionada não apenas à escola, mas à família, às políticas governamentais e ao próprio aluno.

Porém esta pesquisa não se destinou a discorrer sobre os motivos da evasão escolar, mas, em procurar identificar as influências que o programa Bolsa Família exerce sobre esses indicadores, incentivando à manutenção das crianças e adolescentes na escola.

Os dados a seguir contribuem para a análise da evasão escolar, referente aos anos de 2013 e 2014, na escola investigada.

Tabela 6 - Números de Evadidos.

ANO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	EVADIDOS
2013	306	12
2014	329	09

Fonte: Secretaria da escola pesquisada

Por meio dos dados acima, é possível identificar que a evasão entre os estudantes reduziu nos anos analisados. Em 2013, evadiram-se 12 alunos. Em 2014, até o mês de outubro, houve 09 evadidos, representando uma redução de 1,19% nesse ano.

O número de alunos evadidos, a frequência escolar, assim como, os outros indicadores abordados acima, foram obtidos, com o intuito de verificar, por meio da interpretação dos dados e do relato dos profissionais, se a influência do programa se efetiva na vida escolar desses estudantes.

Como já mencionado anteriormente, a escola não possui procedimentos de reforço dos conteúdos, específicos aos alunos beneficiários do PBF ou para alunos com alguma dificuldade no processo de aprendizagem, no decorrer do ano letivo. Porém, a escola é participante do projeto “Escola integral”, coordenado e disponibilizado pela Regional de Ensino, para escolas públicas do Distrito Federal. Esse projeto é realizado na própria escola, sendo ofertado igualmente entre todos os alunos, não se restringindo à nenhum grupo específico de alunos.

O projeto Escola integral, funciona na escola desde 2011, atendendo aos alunos em horário de contra turno. Em 2014, o projeto está atendendo nesta escola 250 crianças do 4º ao 7º ano, reforçando os conteúdos das disciplinas de português, matemática e inglês e promovendo atividades nas áreas de informática, literatura e ballet, além de oficinas xadrez, artes e dança. A execução das atividades extracurriculares, dentro deste projeto, depende da disponibilidade e especialização dos agentes de apoio e dos materiais necessários para a realização de cada atividade.

Os agentes de apoio fazem parte do programa Jovem Educador Voluntário, com a finalidade de fortalecer o protagonismo juvenil nas escolas e dar suporte às atividades de educação integral na Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais, e Ensino Médio, e atuarem em laboratórios de informática em escolas que não ofertam atividades de tempo integral.

Cada agente de apoio possui uma função dentro do programa, essa função vai depender da formação profissional de cada um desses agentes. Em geral, têm que ter mais de 16 anos, possuir ensino médio completo ou estar cursando o nível superior, e ou possuir conhecimentos na área de tecnologia.

As vagas disponibilizadas para as atividades de tempo integral são distribuídas a todos os alunos interessados, e precisam ser confirmadas e autorizadas pelos responsáveis. Caso o aluno não seja assíduo nas aulas, ele se torna irregular e perde o direito à sua vaga.

Dentre os alunos participantes, são poucos os beneficiários do programa Bolsa Família. Mesmo não sendo possível precisar esse número, segundo relato dos professores, esses alunos não frequentam as aulas do projeto, por terem a necessidade de ficar em casa ajudando nos afazeres domésticos. Nesse caso, nota-se que algumas as crianças perdem boas oportunidades de aprendizagem e interação, devido às responsabilidades que assumem desde cedo.

Há, também, um grande número de alunos que participam das atividades de contra turno, para não ficarem sozinhos em casa, uma vez que, nesses casos os pais trabalham durante todo o dia.

Ao final do ano letivo é realizada uma festa de encerramento, por meio da qual, as crianças fazem apresentações musicais e de dança.

Segundo os professores, o projeto Escola Integral se tornou muito importante para os alunos, pois, na maioria dos casos, o projeto representa a única oportunidade de atividades que complementam o ensino, divertem e estimulam a criatividade dessas crianças.

4.2 - Discutindo a realidade encontrada

A ênfase da investigação centrou-se no Bolsa Família como uma alternativa de inclusão e permanência dos alunos beneficiários na escola, tendo como fonte a visão dos professores que atuam na docência e em outros serviços escolares. Buscou-se o entendimento de que o Bolsa Família tem influência ou não na trajetória escolar dessas crianças, e, se tiver, como esta relação entre a condicionalidade do programa e os alunos vem se estabelecendo.

Para iniciar a análise das informações obtidas na escola e verificar se as questões levantadas, por meio do questionário aos professores, respondem à pergunta central deste trabalho, será realizada a interpretação mais fiel possível, dos dados encontrados.

Por meio da observação e do questionário foi possível constatar que os professores conhecem o programa Bolsa Família. Dos 28 participantes do questionário, 89% possuem conhecimentos básicos sobre o programa Bolsa Família, principalmente no que se refere à condicionalidade da frequência escolar. Essa questão foi abordada, para trazer credibilidade às informações posteriores.

Uma questão interessante, quando perguntados, se os alunos beneficiários mencionam ou já mencionaram alguma observação sobre o programa em sala de aula, todos os participantes responderam que esses alunos sentem vergonha de falarem que são beneficiários do programa, por isso, não fazem nenhuma referência ao mesmo entre os colegas.

Esse comportamento tímido, em relação ao PBF muda quando algum dos alunos beneficiários é encaminhado à secretaria da escola por falta de disciplina. Nesse caso, eles enfatizam que só estão na escola, para que os pais não percam o benefício. Esse fato pode ser compreendido como um indício de que, alguns desses alunos são pressionados pelos pais a frequentarem a escola, não favorecendo o sentimento de compromisso entre os alunos e a educação.

A constatação acima ajuda a entender outra questão. 25% dos professores responderam que os alunos atendidos pelo programa, não se envolvem nas atividades escolares, em sala de aula, prejudicando seu desenvolvimento. 42,85% disseram que se envolvem às vezes, enquanto que, 32,14% dos professores responderam que os alunos participam das aulas. Esses números evidenciam que, 67,85% dos professores que responderam ao questionário, consideraram que os alunos beneficiários não contribuem para o seu desenvolvimento escolar por falta de participação nas tarefas, durante as aulas.

Para cumprir a exigência do programa, na área de educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

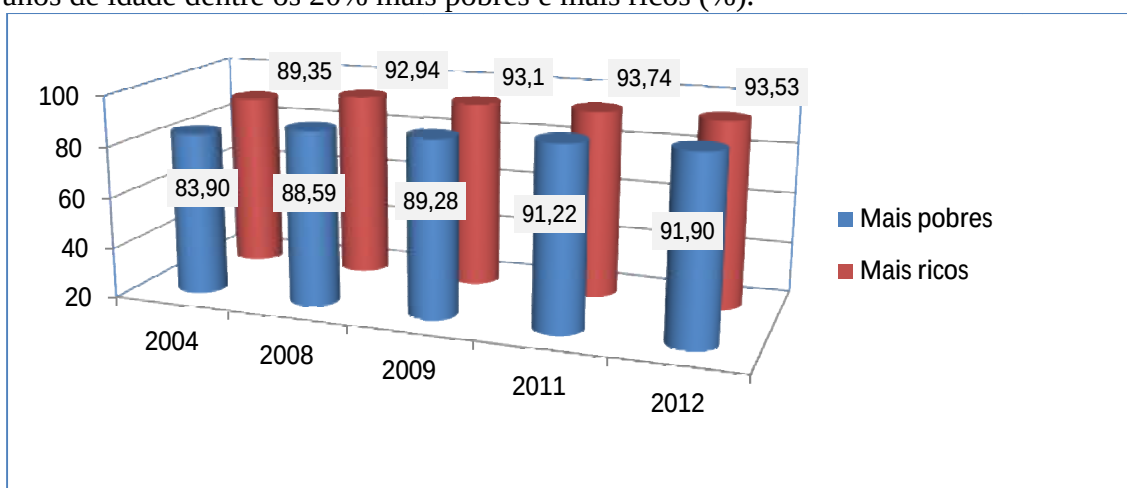
O programa também prevê que o acompanhamento da frequência escolar seja realizado bimestralmente, em parceria com os entes federados, representados pelas áreas de educação dos estados, municípios e Distrito Federal no decorrer do ano letivo. Brasil (2014). Esse acompanhamento, se efetiva, por meio do sistema de acompanhamento do Projeto Presença. Segundo relato dos profissionais da secretaria da escola “este sistema funciona, não é complicado o preenchimento do formulário”. As secretárias se mostraram satisfeitas com o procedimento de acompanhamento de frequência, por causa da praticidade do sistema.

Por meio dos dados obtidos, se confirmou que a maioria dos alunos em questão, está com a frequência regular, dentro da obrigatoriedade exigida pelo programa. Em 2013, dos 306 alunos, 89,5% apresentaram frequência regular. No ano seguinte, esse percentual aumentou para 91,7%. A frequência irregular reduziu. Em 2013 dos 306 alunos, 10,45% apresentaram frequência irregular. Em 2014 esse percentual reduziu para 8,2%. Esta informação aponta que, na escola investigada a frequência escolar da maioria dos alunos está dentro da regularidade, com redução da frequência irregular nesse ano.

Ainda com relação à frequência escolar, o questionário revelou que 98% dos professores concordam que a condicionalidade do programa contribuiu para um importante aumento da presença desses alunos na escola, os outros 2% concordam parcialmente.

Os gráficos abaixo reforçam esta observação dos professores, trazendo dados positivos em relação à frequência escolar, no Brasil. O gráfico 4, apresenta a evolução das taxas de frequência, entre 2004 e 2012, dos os alunos de 6 a 14 anos 20% mais pobres e mais ricos.

Gráfico 4-Taxa de frequência escolar líquida ao ensino fundamental da população de 6 a 14 anos de idade dentre os 20% mais pobres e mais ricos (%).

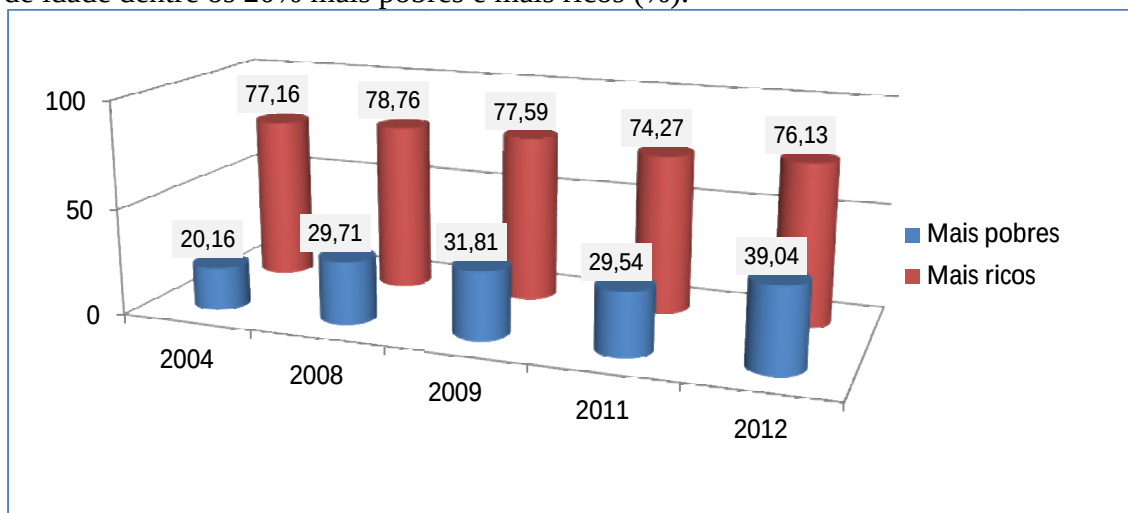


Fonte: disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro_ds.php?p_id=310>

Os dados acima mostram um aumento de 8% na frequência escolar, dos alunos 20% mais pobres, percentual em que se enquadram os beneficiários do PBF. Na categoria dos mais ricos esse aumento foi de 4,18%. Essa comparação possibilita identificar, que a frequência escolar entre os 20% mais pobres aumentou 3,82% em comparação com a segunda categoria. Esse dado reforça a contribuição do Programa, uma vez que, a observação se inicia em 2004, junto à implementação do Bolsa Família. Nos dois casos houve um aumento discreto, considerando o período de oito anos.

O gráfico 5, apresenta a evolução das taxas de frequência, entre 2004 e 2012, dos os alunos de 15 a 17 anos 20% mais pobres e mais ricos.

Gráfico 5 - Taxa de frequência escolar líquida ao ensino médio da população de 15 a 17 anos de idade dentre os 20% mais pobres e mais ricos (%).



Fonte: disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro_ds.php?p_id=310>

Os dados revelam resultados significativos nas duas categorias econômicas. Entre os alunos 20% mais pobres, houve um importante aumento de 18,88%. Na segunda categoria houve redução de 1,03% da frequência escolar. A diferença entre as duas categorias econômica representa 17,85%. Esse aumento da frequência, entre os mais pobres, desde a implementação do programa, é muito relevante. Pois, segundo o MDS (2014), as taxas negativas da educação se concentram no segundo ciclo do ensino fundamental e no ensino médio.

No programa, a exigência de frequência escolar mínima, para crianças e jovens foi estabelecida com intuito de promover melhores condições para que essas crianças permaneçam nas escolas e posteriormente ingressem no mercado de trabalho, aumentando a renda e, conseqüentemente, fazendo com que saiam da condição de pobreza em relação à geração de seus pais. Associado a isso, a exigência de frequência escolar também foi estabelecida com o intuito de contribuir e combater o trabalho infantil no Brasil. Brasil (2014).

Quanto à questão de permanência na escola, constatou-se, por meio dos dados levantados, que a frequência aumentou entre os alunos investigados, bem como, a evasão reduziu na escola. Esses dados apontam que as crianças permaneceram mais nesta escola, durante período abordado.

No decorrer da pesquisa, os professores não relataram casos de irregularidades na frequência e na evasão, por situação de trabalho infantil. Mas mencionaram que um dos

motivos, pelo qual, parte das crianças beneficiárias não participa das atividades extracurriculares, ocorre, porque precisam ajudar nos afazeres domésticos, cuidando dos irmãos menores. Esse fato pode ser compreendido como um excesso de responsabilidade para essas crianças, já que, o projeto Escola Integral, atende às crianças com idades de 9 a 13, nesta instituição. Nesse caso, elas estão deixando de participar de atividades que complementariam sua formação.

Quanto à participação das famílias beneficiárias, segundo os profissionais que atuam na secretaria, na maioria das vezes, em que a escola é procurada pelos familiares, é para resolver questões ligadas à frequência ou ao comportamento dos alunos. Nesses casos percebe-se por parte dos responsáveis uma irritabilidade e resistência, sempre apontando que deve ter havido algum engano dos professores ao contabilizar as faltas.

Os profissionais estão seguros ao afirmar que, a maior preocupação dos responsáveis está centrada no medo de perder o benefício, e, ao procurarem a escola, a maioria não demonstra preocupação com desenvolvimento pedagógico desses alunos.

Há outras situações em que, os pais mandam os filhos doentes para a escola, para que não recebam faltas. Segundo relato dos professores, isto ocorre, porque na grande maioria desses casos, os responsáveis não levam essas crianças ao posto de saúde, e por isso, não tem como apresentar o atestado médico na escola. O atestado médico justifica a ausência das crianças.

Segundo os professores, os responsáveis não sabem calcular o número de faltas toleradas ou se perdem nesta contagem, durante o bimestre. Isso acontece porque, na opinião dos profissionais da escola, a maioria dos responsáveis pelos alunos beneficiários são analfabetos ou possuem pouco estudo.

Outro aspecto observado pelas considerações dos professores refere-se às faltas dos alunos. Os alunos mais novos, com idade de 9 a 12, que estão entre o 4º e o 6º ano, geralmente faltam por motivo de doença. Enquanto, as faltas dos alunos mais velhos, com idade de 12 a 15, que estão entre o 7º e 9º ano, estão relacionadas à intenção do próprio aluno. Nesse caso, os pais só tomam conhecimento, quando informados pela secretaria da escola.

Os professores manifestaram preocupação com o número de faltas, que consideram elevadas. Enfatizam que o desempenho escolar dos alunos beneficiários assíduos é superior aos alunos beneficiários não assíduos, e em muitos casos, superior aos alunos não beneficiários, reforçando a importância da presença nas aulas.

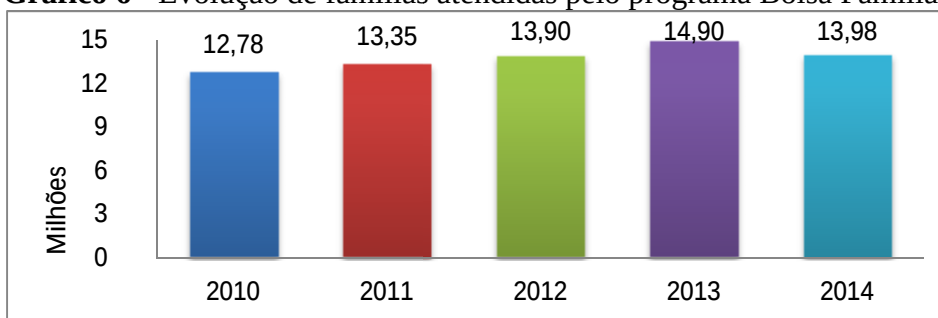
Mesmo os alunos que apresentam muitas faltas, não abandonam a escola mantendo o vínculo com a instituição. Essa colocação reflete o que foi constatado pela interpretação dos dados referentes à evasão.

A evasão escolar dos alunos beneficiários reduziu, assim como, segundo os professores, esse índice reduziu também entre os alunos não beneficiários. Foi possível identificar que a evasão entre os estudantes beneficiários reduziu nos anos analisados. Em 2013, evadiram-se 12 alunos. Em 2014, até o mês de outubro, houve 09 evadidos, representando uma redução de 1,19% nesse ano. A redução se torna mais significativa considerando que em 2014 a matrícula entre os beneficiários aumentou 7, 5%. As opiniões dos professores participantes confirmam essa melhora nos índices de evadidos, na escola. 82% concordam que o programa contribui para redução da evasão escolar. 17,85% concordam parcialmente e nenhum professor discorda da contribuição deste par a redução da evasão escolar.

Esses números podem significar uma redução mais estável da evasão escolar, para os estudantes beneficiários em todo Brasil, se considerar que a cobertura do Bolsa Família tem aumentado gradativamente, e portanto, o número de alunos beneficiários.

Abaixo o gráfico representativo da evolução de famílias atendidas pelo programa, nos anos de 2010 a outubro de 2014.

Gráfico 6 - Evolução de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família.



Fonte: disponível em < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Benefícios>>

Os dados revelam que a cobertura do Bolsa Família vem aumentando gradativamente. Em 2014 os números foram contabilizados até o mês de outubro, esse fato, explica o índice menor do atendimento. Contudo, entre 2010 e 2013 houve um aumento de 2,12 milhões de famílias beneficiadas.

Outro aspecto, evidenciado neste estudo está relacionado à idade dos alunos. Quanto mais idade tem o aluno ou quanto mais ele se aproxima dos anos finais do ensino

fundamental, o número de evadidos aumenta consideravelmente. Não foi possível confirmar essa informação, por meio dos dados obtidos na escola. Uma vez que, foi repassado pela secretaria, o número total de beneficiários e de evadidos. Não constando os números correspondentes a cada série. Segundo informações da secretaria, a evasão é maior nos anos finais do ensino fundamental, se comparado aos anos iniciais.

Quanto a análise do rendimento escolar dos alunos beneficiários, foi realizado um levantamento por meio de indicadores de rendimento, disponibilizados pelo Inep, Portanto, para interpretar os resultados é preciso considerar que os estudantes beneficiários representaram em 2012 uma parcela de 26,3% e em 2013 uma parcela de 29,9% do total de alunos, da escola observada.

Na escola, foi observado que houve uma redução de 4,05% nas taxas de reprovação nos anos de 2013 e 2014. Quanto ao abandono escolar, houve uma redução de 1,19% em 2014. A análise dos dados, por meio dos indicadores, se conecta com o que foi percebido diretamente na escola.

Constatou-se, por meio dos indicadores, que tanto nos anos iniciais, quanto nos anos finais do ensino fundamental houve melhora dos percentuais de rendimento. Os anos iniciais elevaram a taxa de aprovação em 7,4%. Reduziram a reprovação em 6,3% e anularam a taxa de abandono, entre 2012 e 2013. Os anos finais obtiveram um resultado menos expressivo. Subiram a taxa de aprovação em 3,1%. Reduziram a taxa de reprovação em apenas 0,2%. Porém, alcançaram um resultado importante quanto à taxa de abandono, houve uma redução de 2,9%.

Ainda, de acordo com os indicadores, duas observações podem ser feitas. Primeiramente, o aumento na reprovação dos anos iniciais, no período de 2013, pode ser explicado pelo acréscimo do 4º ano, neste mesmo período. Segundo, as taxas negativas são atribuídas recorrentemente aos anos finais do ensino.

Os índices da planilha do Ideb reafirmam a melhora no desempenho da totalidade dos estudantes da instituição observada, portanto, é considerável que os alunos beneficiários também atingiram uma melhora em seu desempenho. Esses dados confirmam o aumento da aprovação e a redução da evasão, identificados na escola entre os alunos beneficiários, uma vez que, estas variáveis são contabilizadas pelo Ideb. Mostra que foi conquistado um bom resultado em 2013, com o alcance da meta projetada, estabelecida pelo Ideb.

Os dados apontam melhora no rendimento, da totalidade dos estudantes da escola observada. Como os estudantes beneficiários se incluem nesta observação, nota-se a influência positiva do Bolsa Família no trajetória escolar desses estudantes. Quanto à questão

da melhoria da qualidade, 89% dos profissionais da escola, discordam que houve investimentos na escola e na educação, como um todo, que pode ser atribuído diretamente ao programa. 35% concordam com a contribuição do mesmo para melhora na qualidade.

Segundo relato do diretor da escola “o governo estimula o acesso, mas, a escola se encarrega de segurar este aluno”. Fica evidente a frustração do gestor, ao afirmar que, nesta escola, não houve nenhum investimento governamental, fora do mínimo necessário e esperado. Complementam, descrevendo que são muitos os problemas que estão presentes na educação pública, pois, praticamente todos os que atuam na educação recebem baixos salários e ainda esbarram nas dificuldades diárias da realidade escolar.

Importante citar que os professores valorizam a importância do programa, mas pontuam algumas ponderações. Segundo estes profissionais, na prática, a exigência do programa só é favorável à frequência e à redução da evasão escolar. Nesse caso, o desempenho fica comprometido pelo desinteresse de parte dos alunos beneficiários. E prosseguem dizendo, que seria interessante se junto à exigência da frequência, fosse atribuído algum elemento referente ao desempenho individual, como por exemplo, a aprovação. No entanto, os dados comprovam menor retenção desses alunos.

Dessa forma, os dados analisados nos permitiram chegar a algumas considerações relativas ao acesso, à permanência e ao rendimento escolar dos alunos beneficiários do PBF.

Quanto ao acesso, os dados evidenciaram que houve aumento na matrícula de beneficiários, o que revela maior acesso desses alunos à escola. No que se refere à frequência, também foi possível identificar que a frequência regular aumentou até o ano de 2014, entre os beneficiários, ao mesmo tempo em que esse grupo apresentou menor evasão. Sobre o rendimento, percebemos que o Ideb da escola melhorou ao mesmo tempo em que os beneficiários tiveram menor retenção.

Assim, foi possível estabelecer a relação maior acesso, maior frequência e melhor rendimento dos beneficiários até o ano de 2014, o que nos leva a considerar a contribuição dessa relação para a melhoria dos indicadores da escola. Logo, o programa Bolsa Família contribui positivamente para a trajetória escolar dos alunos beneficiários.

No entanto, alguns aspectos ainda precisam ser objeto de reflexão a cerca do programa, pois, se por um lado, há contribuições para a melhoria dos indicadores da escola, por outro, as condicionalidades acabam por reforçar o formalismo do processo por meio da “obrigação” que os pais fazem sobre seus filhos para receber o benefício, cabendo à escola refletir e agir sobre esse perfil de aluno.

Os dados também confirmaram os relatórios do Ipea (2013), os quais afirmam que os estudantes beneficiários têm apresentado uma menor taxa de abandono escolar, tanto no nível fundamental como no médio, oferecendo indicações da efetividade da condicionalidade da educação no programa Bolsa Família e seu acompanhamento.

Da mesma forma, corroboraram as pesquisas sobre o PBF que revelaram o fortalecimento da trajetória escolar de crianças e adolescentes, alcançando as parcelas mais pobres da população brasileira. Ao mesmo tempo, o programa mantém afinidade à Declaração Mundial de Educação para Todos quando se propõe a expandir e melhorar a educação de crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, os dados também evidenciam uma perspectiva de equidade, considerando Oliveira (2005), segundo o qual a concepção de equidade está baseada na ideia de uma ação política aplicada em maior grau para quem tem menos, pois o PBF alcança a população de maior vulnerabilidade.

No entanto, os dados não foram suficientes para confirmar a contribuição desta ação na diminuição das desigualdades educacionais, conforme afirma relatório do Ipea (2013). Esse relatório afirma que o PBF influencia no desempenho da aprendizagem das crianças de famílias beneficiárias, por ocasionar uma melhoria na renda e por consequência uma melhoria nas condições de vida das famílias. Porém, os dados levantados demonstram que alguns alunos não podem participar de outras atividades por terem a necessidade de trabalhar ou de afazeres domésticos, não evidenciando uma melhoria nas condições de vida das famílias que possam, pelo menos, garantir maior tempo na escola.

Além disso, essa melhoria não está condicionada, exclusivamente, a valor que é destinado do PBF. Existem outros fatores sociais e econômicos, dentre eles, o aumento das oportunidades de emprego para a família, que pode contribuir para essa melhoria e não é contemplado no programa. Também, o programa se destina a crianças e adolescentes que estão em idade regular, não alcançando aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Por fim, a pesquisa constatou que o PBF, ao influenciar positivamente na trajetória escolar de seus beneficiários, pode ser considerado, de acordo com Queiroz e Farias (2011), uma estratégia de redução da exclusão social, mas ainda com o desafio de ter a capacidade de emancipar o indivíduo, conferindo-lhe autonomia para a vida em sociedade e dando-lhe oportunidades para uma inserção digna, posto que essa inserção esteja para além da oportunidade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a influências do programa Bolsa Família na trajetória escolar dos alunos beneficiários. Buscou-se pesquisar os reflexos nos índices de matrícula, frequência, rendimento, evasão e também nas relações que estão se constituindo entre os alunos, escola e familiares, por meio do programa.

Quanto à matrícula, mesmo esta não tendo sido crescente em todos os anos, foi observado o impacto positivo do programa. O número de matrículas dos alunos beneficiários permaneceu mais constante quando comparada a dos estudantes não beneficiários.

Os resultados obtidos acerca dos índices escolares de frequência, evasão e repetência também confirmam um resultado positivo. Apontaram um aumento de 2,2% da frequência regular e uma redução de 1,19% da evasão nos anos investigados. Cerca de 98% do professores concordaram que o Bolsa Família contribuiu diretamente com a melhora nesses índices. Porém, segundo as secretárias da escola, os resultados menos expressivos ainda permanecem nos anos finais do ensino fundamental. O programa isolado, como medida de permanência desses alunos, não se caracteriza como estratégia suficiente na solução dos problemas que envolvem este ciclo.

Em síntese, foi possível estabelecer a relação maior acesso, maior frequência e melhor rendimento dos beneficiários até o ano de 2014, concluindo que o programa Bolsa Família contribui positivamente para a trajetória escolar dos alunos beneficiários.

Quanto à relação entre o programa e a melhoria da qualidade na escola pesquisada, podemos observar que os indicadores de frequência, evasão e repetência melhoraram na referida escola. No entanto, esses indicadores nos dão uma dimensão parcial da qualidade na escola.

Segundo Dourado e Oliveira (2009):

[...] a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; nem, muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extras e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos (DOURADO, OLIVEIRA, 2009, 04).

No mesmo sentido, Libâneo (2011) afirma que “há, pois, que se considerar, ao se falar de qualidade, que não basta assegurar o acesso universal, é preciso garantir a

permanência do aluno na escola e a qualidade” (p.81). Desse modo, Paiva (2012) considera que:

[..] a frequência obrigatória exigida pelo programa de transferência de renda faz mediações entre a universalização do acesso e a permanência na escola, entretanto, como não ocorrem modificações na estrutura organizativa do sistema escolar, para atender a esse contingente que a ele adentra, esse padrão de permanência passa a ser questionado. Qual a qualidade em permanecer, se não são dadas condições para se qualificar essa permanência? (p. 150).

Desse modo, o programa Bolsa Família acaba por privilegiar uma qualidade delimitada no acesso, na permanência e no rendimento do aluno, em detrimento de outras dimensões que compõem a escola. Logo, o acesso, a permanência e o rendimento, privilegiados pelo programa, estão longe desta noção de qualidade socialmente referenciada.

Por outro lado, as políticas públicas voltadas para a inserção social têm como a preocupação em promover a autonomia e reduzir a pobreza dos indivíduos. O que se observou, no entanto, foi uma crescente taxa de adesão ao programa, em contrapartida a maior parcela dos beneficiários está permanecendo dentro dos critérios estabelecidos pelo programa, ou seja, situação de vulnerabilidade.

Paiva considera, que:

O diferencial deste programa em relação a outras iniciativas de proteção social residia no fato de que a concessão da renda estava associada ao compromisso familiar com a matrícula e permanência das crianças na escola. Esta condicionalidade foi apresentada como mecanismo potencial de superação do ciclo de pobreza que circunda as referidas famílias (p.195).

A preocupação está centrada na intencionalidade de quebra do ciclo geracional de pobreza por parte dos beneficiários. A promoção da autonomia está vinculada diretamente à condicionalidade da educação, pela qual se dá a qualificação para inserção no mercado de trabalho. Nesse caso, podemos problematizar se essa qualificação tem promovido a inserção no mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida das famílias dos beneficiários.

Quanto à da redução da pobreza, não foi a preocupação central neste estudo esclarecer os elementos que a envolve, mas, sem dúvidas, fica como uma questão a ser respondida em pesquisas posteriores.

Assim sendo, o que se verifica na pesquisa é que embora o Bolsa Família, não seja um programa com o eixo voltado exclusivamente para a educação, o mesmo influencia positivamente em alguns aspectos educacionais, como frequência, evasão e permanência escolar.

Por fim, considera-se que este trabalho não se teve a pretensão de esgotar os estudos e investigações sobre o tema, mas evidenciar algumas pistas que devem ser perseguidas em próximas pesquisas, a fim de aprofundar sobre efetividade do programa Bolsa Família em relação à trajetória escolar dos estudantes beneficiários e à redução da pobreza.

REFERÊNCIAS

AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo. Instrumentos de Consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção dos direitos humano. In: BUCCI, M. P. D. (Org.) **Políticas públicas: reflexões sobre conceito jurídico** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 217–245.

ANDRADE, de Oliveira Dalila. A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. **Linhas Críticas**, Brasília, v11, n.20, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/5370>> Acesso em 17 out 2014.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. **Bolsa Família**, Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em 12 out 2014.

_____. **Relatório de Benefícios**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Beneficios>> Acesso em 12 out 2014.

BUARQUE, Cristovam. **Bolsa-Escola: História Teoria e Utopia**. Brasília: Thesaurus, 2 012.

CURY, Carlos R. Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**, In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA E FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, v35, n.124, 11-32, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf>> Acesso em 10 nov 2014..

_____. A educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n.80, set./2002, p. 168-200. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>> Acesso 11 nov 2014.

DIDÁTICA GERAL. Texto 05 - **Escola Pública Brasileira, um sonho frustrado: falharam as escolas ou as políticas educacionais?** Disponível em: <http://didaticageraluece.blogspot.com.br/2011/09/texto-05-escola-publica-brasileira-um_20.html> Acesso em 15 out 2014.

DOURADO, Luiz; OLIVEIRA, João Ferreira. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200004 Acesso em 22 Nov 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. 2.ed –Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GAMBOA, Silvio. A Dialética na Pesquisa em Educação: Elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 91-115.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**, 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Estatística do IDEB 2011 a 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>> Acesso em 13 out 2014.

Indicadores Educacionais. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>> Acesso em 13 out 2014.

Instituto de Pesquisa Econômicas. Aplicadas (IPEA). **Bolsa Família: Uma década de Inclusão e Cidadania**, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livrobolsafamilia10anos.pdf>> Acesso em 10 Nov 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Trabalho Infantil 200/2010**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/trabalho infantil/outs/graficos.html>> Acesso em 24 nov 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Escola Pública Brasileira, um sonho Frustrado: Falharam as escolas ou as políticas educacionais?** 2011.

PAIVA, Olgamir Amância Ferreira de. **Contradições de transferência de renda no campo da educação: suavizando efeitos da barbárie capitalista ou enfrentando a lógica deste mesmo sistema?** Brasília: liber livro, Brasília, 2012.

Queiroz Santos y Farias Pinheiro.: **Política Social Compensatória ou Emancipatória: a contribuição de programas sociais para a autonomia dos beneficiários**, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, mayo 2011. Disponível em <www.eumed.net/rev/cccss/12l> Acesso em 20 Nov 2014

RISCAL, Sandra A. Política educacional, justiça distributiva e equidade: considerações sobre as políticas compensatórias para a educação **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.44, p. 248-261, dez2011 - ISSN: 1676-2584.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**, 4. ed. Rio de Janeiro; 2011.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Estimados professores,

Eu, **Elizete Carvalho**, matrícula 120071452, aluna da Universidade de Brasília (UNB), do curso de Pedagogia, peço contribuição de vocês para a conclusão da minha pesquisa.

O objetivo deste trabalho é identificar as possíveis influências do Programa Bolsa Família (PBF), na trajetória escolar dos alunos beneficiários.

Não é necessária a identificação do participante, tornando garantido o seu anonimato.

Agradeço a disponibilidade de todos, sem a sua colaboração não seria possível à concretização desta pesquisa.

QUESTIONÁRIO

	SIM	NÃO	
1. Sobre o Programa Bolsa Família			
a) É um Programa social de transferência direta de renda.			
b) O Programa exige como condicionalidade até 85% da frequência escolar.			
2. Os alunos beneficiários mencionam ou já mencionaram alguma observação sobre o Programa?			
Se SIM, qual?			
	SIM	NÃO	ÀS VEZES
3. Os alunos beneficiários do Programa se envolvem com as atividades escolares e se comprometem com seu desenvolvimento?			
4. As famílias dos alunos beneficiários são participativas na escola?			
5. A maior preocupação dos pais ou responsáveis pelos alunos beneficiários do Programa, quando procuram a escola é:			
a) () O compromisso com a educação dos filhos;			
b) () O receio de perder o benefício;			
c) () Outra, qual?			
	CONCORDO	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO
6. O programa Bolsa Família contribui para a permanência dos alunos de classes menos favorecidas na escola?			
7. A frequência dos alunos beneficiários aumentou por causa da condicionalidade exigida pelo Programa?			
8. A frequência exigida pelo PBF favorece um melhor desempenho escolar desse aluno?			
9. O Programa Bolsa Família contribui para a redução da evasão escolar dos alunos			

PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Após um longo percurso de aprendizado na graduação espero ter a oportunidade e o empenho de continuar estudando, começar um curso de especialização sempre aprimorando e expandindo o que aprendi na graduação.

Espero atuar como professora, pois quero colocar em prática todos os ensinamentos e aprendizados que pude obter através de disciplinas, palestras e pesquisas na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Aspiro qualificar-me ao máximo para exercer a minha profissão com dignidade e comprometimento, obtendo mais informações e participando da vida estudantil de cada discente, para ajuda-los a visualizar o conhecimento como forma de mudança de vida e crescimento social, pois somente com os estudos é que se muda uma nação.